

# Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

Ano 5 • Número 38 • R\$ 7,00

## 52º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Evento reuniu em Santos grandes personalidades da política para discutir temas fundamentais para o municipalismo brasileiro

### HOMENAGEM

Governadores de São Paulo são homenageados durante o evento

### REFORMA TRIBUTÁRIA

Painel discute mudanças advindas com a Reforma

### PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

Desenvolvimento Social e Direito da Mulher foram discutidos nos painéis

**ENTREVISTA:** SECRETÁRIA DILMA PENA DIZ QUE É POSSÍVEL FAZER PARCERIAS COM PREFEITURAS PARA PROJETOS ESPECÍFICOS



ONDE MUITOS VÊEM APENAS UMA CRIANÇA,



## COM O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, SUA CIDADE GARANTE UM FUTURO



A Prefeitura da sua cidade, em parceria com a Editora Positivo, pode realizar uma verdadeira revolução nas escolas públicas do seu município. O Sistema de Ensino Aprende Brasil é um programa que oferece benefícios para alunos e professores de todas as escolas de sua comunidade. É um conjunto de recursos pedagógicos com a garantia do maior grupo educacional do País.

**SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL.  
TRANSFORMANDO O FUTURO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.**

### **GARANTIA DE QUALIDADE**

Os Livros Didáticos Integrados são desenvolvidos e atualizados pelo Centro de Pesquisas Positivo. Eles contam com o padrão de excelência e a precisão na produção editorial e gráfica que consagraram a Editora Positivo.

### **VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES**

Uma equipe altamente qualificada estará à disposição dos profissionais de educação do seu município, dando o suporte necessário à prática pedagógica, por meio de cursos de metodologia que contribuirão para a formação continuada.





NÓS VEMOS TAMBÉM UM GRANDE FUTURO.

## MELHOR PARA AS CRIANÇAS.

### INCLUSÃO DIGITAL

Além de uma *home page* personalizada para o município, no Portal Aprende Brasil, alunos e professores têm acesso individualizado a um conteúdo educacional exclusivo e a avançados recursos e serviços multimídia, como Dicionário Aurélio, atlas, enciclopédia e muito mais.

### IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Com o Sistema de Ensino Aprende Brasil, seu município vai garantir o acesso à educação de maior qualidade para todos e assegurar as condições de um futuro promissor para as crianças do seu município, que terão à sua disposição uma infinidade de recursos educativos, visando a uma formação humana completa.

Entre em contato com a Editora Positivo e descubra como obter, por meio do Sistema de Ensino Aprende Brasil, os melhores resultados educativos no seu município.

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil

Fale conosco: 0800 644 1515 [www.editorapositivo.com.br](http://www.editorapositivo.com.br)  
[aprendebrasil@editorapositivo.com.br](mailto:aprendebrasil@editorapositivo.com.br)



# O momento do municipalismo



**NESTA EDIÇÃO** mostramos o sucesso do 52º Congresso Estadual de Municípios, realizado na cidade de Santos de 31 de março a 5 de abril. Podemos afirmar sem sombra de dúvidas que realizamos mais um grande evento que consagra a importância dos nossos municípios.

Precisamos agradecer a todos que estiveram envolvidos na realização desse Congresso, porém permitam que faça esse agradecimento em nome da Prefeitura Municipal de Santos, por meio do Prefeito João Paulo Tavares Papa, que não mediu esforços para nos ajudar na realização e organização do evento.

Todos os debates que ocorreram foram importantes e muito bem assimilados pelos congressistas. Precisamos agradecer ao Governo do Estado de São Paulo, por meio do Governador José Serra e ao Governo Federal, por meio do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Gostaria também de agradecer as presenças de Secretários de Estado e de Ministros de Estado que se fizeram presentes e representados, e destacar os assuntos mais solicitados para o debate que foram: Saneamento, Habitação e Meio Ambiente.

Não podemos deixar de mencionar a participação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a palestra proferida pelo Dr. Sergio Cequeira Rossi, que discorreu sobre o último ano de mandato, destacando as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Programação Especial, dedicada a Presidentes de Fundos Sociais e Secretários(as) de Assistência Social dos municípios, que abordou assuntos de extrema relevância e que foi organizada pelas Vereadora Terezinha Pedrosa, Dra. Dalva Crhistofolletti e Maria Silvia Tavares Papa.

A Reforma Tributária e a PEC 333, que regulamenta o número de vereadores nos municípios (e avança para aprovação pelo Congresso Nacional), foram amplamente discutidas no evento, e o momento cultural com palestras e shows deu um brilho todo especial ao nosso Congresso.

Por tudo, mais uma vez afirmamos que “realizamos um grande congresso”, porém tudo que foi feito não teria razão de ser se nós não tivéssemos a participação expressiva dos Prefeitos(as), Vice-Prefeitos(as) e Vereadores(as) que se deslocaram de todos os cantos do nosso Estado para participar desse grande momento do municipalismo paulista.

Com toda certeza esse sucesso é o nosso combustível para continuarmos acreditando e lutando pelos nossos municípios, sabendo que somente teremos uma grande nação quando tivermos municípios fortes e estruturados gerando as riquezas deste País.

Saudações Municipalistas!

A luta continua!

**MARCOS MONTI**

Presidente da APM



## Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 – 9º andar  
Centro - São Paulo - SP  
CEP 01222-000  
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999  
apaulista@apaulista.org.br  
www.apaulista.org.br

## DIRETORIA

### DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

**Marcos Monti**

1º VICE-PRESIDENTE

**José Luiz Rodrigues**

2º VICE-PRESIDENTE

**Welson Gasparini**

3º VICE-PRESIDENTE

**Rubens Furlan**

4º VICE-PRESIDENTE

**Marcos José da Silva**

### SECRETARIA – MEMBROS DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL

**Antonio César Simão**

1º SECRETÁRIO

**Dr. Hélio de Oliveira Santos**

2º SECRETÁRIO

**Sebastião Misiara**

3º SECRETÁRIO

**Itamar Francisco Machado Borges**

### TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL

**Carlos Alberto Cruz Filho**

1º TESOUREIRO

**José Ademir Infante Gutierrez**

2º TESOUREIRO

**Antonio Francelino**

3º TESOUREIRO

**João Buzzo**

### CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

**Aquevirque Antonio Nholla**

### CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

**José Mauro Dedemo Orlandini**

### COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE

**Sckandar Mussi**

### CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE

**Antonio Sérgio Baptista**

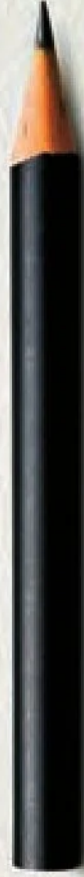




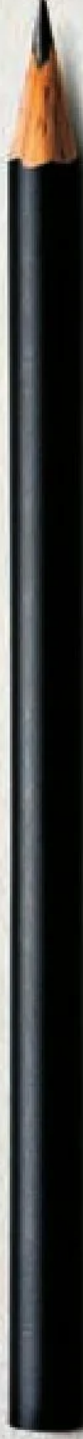
Programa Ler e Escrever nas séries iniciais.



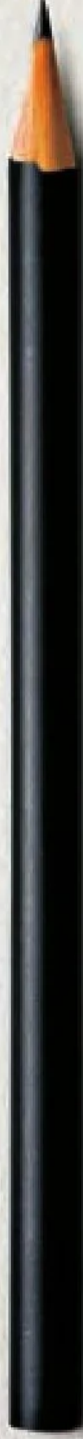
Guias curriculares para orientação dos professores e capacitação.



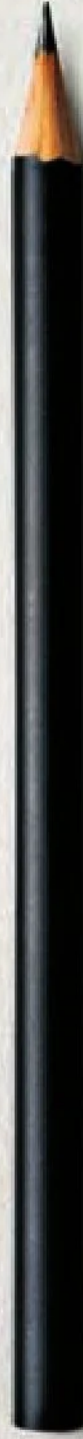
Bônus para toda equipe da escola com base na melhoria do desempenho dos alunos.



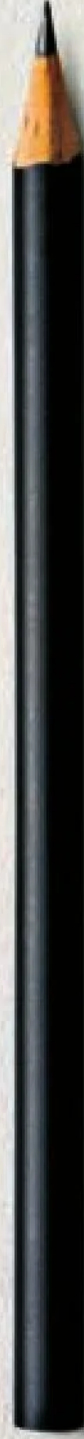
Programa inédito de reforço nos primeiros 42 dias de aula.



1,7 bilhão de reais destinado à revitalização das escolas.



18 mil novos professores concursados selecionados para lecionar.



Pode escrever aí: é o Governo de São Paulo, trabalhando para uma educação ainda melhor no Estado.



SECRETARIA  
DE EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ





## 52º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

<b>14 ABERTURA</b>	<b>24 SAÚDE</b>	<b>32 FRASES</b>
<b>16 SEGURANÇA</b>	<b>25 UVESP</b>	<b>34 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL</b>
<b>18 MEIO AMBIENTE</b>	<b>26 CNM</b>	<b>35 REFORMA TRIBUTÁRIA</b>
<b>19 TRANSPORTE</b>	<b>27 GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>36 GALERIA DE FOTOS</b>
<b>20 TCE</b>	<b>28 MOMENTO CULTURAL</b>	<b>43 CARTA DO CONGRESSO</b>
<b>21 TRABALHO</b>	<b>29 SANEAMENTO</b>	
<b>22 EDUCAÇÃO</b>	<b>30 HOMENAGEM</b>	

### 10 ENTREVISTA

Secretária Dilma Pena fala sobre as possibilidades de parceria com os municípios

### 47 ENTIDADE

AMCESP

### 47 ATIVIDADES DA APM

### 48 ANIVERSARIANTES DO MÊS

Maio e Junho

### 50 PRÊMIO SEBRAE

Prefeitos empreendedores recebem Prêmio Sebrae

### 53 LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista

### 54 IPT

### 57 TCE

### 58 CASOS E CAUSOS

## EXPEDIENTE



### CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão  
Aquevirque Antônio Nholla  
Carlos Alberto Cruz Filho  
José Mauro Dedemo Orlandini  
Marcos Monti



### REDAÇÃO

EDITORA  
Camila Plati  
municipiosdesaopaulo@gmail.com  
EDIÇÃO DE ARTE  
Rodrigo Loconte  
rogerio.loconte@gmail.com

### PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios  
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

### FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados  
Tel.: (11) 2165-9999 –  
Fax: 2165-9986  
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.  
ouvidoria@apaulista.org.br  
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Junho/2008

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



...E QUANDO  
VOCÊS OUVIREM O RONCO DE  
UM MOTOR, NÃO SE ASSUSTEM!  
É O VOLARE QUE ESTÁ ME LEVANDO  
PARA A ESCOLA!



PLANET

Fotos para fins ilustrativos. As informações deste anúncio podem ser alteradas sem aviso prévio.

## VOLARE, PRONTO PARA O CAMINHO DA ESCOLA.



VE02 (31 lugares)  
V8L - R\$ 126.750,00

VE01 (23 lugares)  
V6 - R\$ 114.000,00

- Veículo completo: carroceria e chassi integrados.
- Manutenção completa no mesmo local (carroceria e chassi).
- 76 pontos de atendimento entre Representantes e Postos de Serviços distribuídos em todo Brasil.
- Baixo consumo de combustível.
- Veículo resistente e de alta segurança.
- Robusto, o que garante longa vida útil.
- Capacidade exigida por lei.
- Excelente dirigibilidade e agilidade.



...e ainda temos muito chão pela frente!

[volare.com.br](http://volare.com.br) • SAC 0800 7070078

Maiores informações: (54) 2101.4822 ou procure nossos representantes







# Cartões Nossa Caixa Visa Vale

**O melhor benefício para sua empresa.**

A Nossa Caixa traz para sua empresa os Cartões Nossa Caixa Visa Vale — um meio de oferecer os benefícios de Alimentação e/ou Refeição a seus funcionários com qualidade e segurança.

Sua utilização é similar a de um cartão de débito. Os cartões são personalizados com o nome do funcionário e da empresa, e possuem uma senha.



São quatro tipos de cartão-benefício:

- Refeição
- Alimentação
- Cesta Alimentação
- Natal Alimentação

Aproveite essas vantagens e solicite uma simulação de preços ao seu gerente da Nossa Caixa ou acesse [www.visavale.com.br](http://www.visavale.com.br)



Mais que um banco. O Nosso Banco.



GOVERNO DO ESTADO DE  
**SÃO PAULO**  
TRABALHANDO POR VOCÊ



# Parceria para o crescimento

Secretária de Saneamento e Energia de São Paulo, Dilma Pena, diz que é possível fazer parcerias de curta duração com as prefeituras para projetos específicos

Por Daniella Turano

**O ESTADO DE SÃO PAULO** está prestes a enfrentar mudanças no setor de energia. Apesar da insegurança sobre a venda da Cesp, que teve o leilão cancelado no mês de março, há oportunidades no setor, especialmente para São Paulo.

Veja a seguir quais são as principais preocupações e planos apresentados pela Secretária de Saneamento e Energia de São Paulo, Dilma Pena, mestre em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas.

**Como a senhora classifica o setor de energia, hoje, no Brasil? Quais as principais falhas e os principais acertos?**

A médio prazo, há duas grandes oportunidades na área de energia, para o Brasil e especialmente para São Paulo: a exploração da Bacia de Santos e a crescente demanda mundial por bio-





massa, principalmente pelo etanol. O governo do Estado tem buscado sempre superar os riscos de suprimento de energia, procurando evitar um quadro de insuficiência na oferta ou corrigindo inadequações no perfil de consumo. No médio e longo prazo, é preciso diversificar a matriz energética de modo a diminuir a dependência de São Pedro e do gás boliviano.

Há necessidade de investimentos na transmissão. As recentes ocorrências em subestações na Grande São Paulo evidenciaram isso e o trabalho do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) confirmou. O ONS identificou 14 empreendimentos necessários para o Estado de São Paulo, entre subestações e linhas de transmissão. Desses 14, seis ficam na região metropolitana da capital. O governo federal já identificou dois que serão leiloadas neste primeiro semestre. E há outros oito a serem empreendidos. Portanto, há necessidade de investimento. É importante lembrar que o planejamento e a regulação na área de energia – geração, transmissão e distribuição – estão concentrados hoje no âmbito da União.

O governo de São Paulo está atuando no sentido de promover o desenvolvimento do setor, de forma sustentável. Suas ações visam a assegurar a oferta necessária de energia, buscando, não apenas diversificar e ampliar a produção, mas também o seu uso racional e eficiente, com ações de caráter político-institucional, instrumentos adequados de gestão e desenvolvimento tecnológico.

#### **E com relação ao saneamento no Brasil?**

São Paulo lidera o ranking nacional de saneamento. São paulistas 44 dos 50 primeiros municípios com mais acesso a rede geral de esgoto, conforme dados de 2006, e também os dez primeiros, todos com índices acima de 96,5%. Graças a um trabalho forte, planejado e contínuo, o Estado lidera, com 84,2%, à frente do Distrito Federal (79,8%) e de Minas Gerais (73,4%). A Região

Metropolitana de São Paulo está em segundo lugar (78,6%). Hoje já temos 111 municípios paulistas com universalização de água e tratamento de esgoto. O saneamento básico é um dos problemas centrais do Brasil. A situação tem melhorado, embora ainda não no ritmo desejado. Governos e população estão cada vez mais preocupados com o setor. E crescem os investimentos, mesmo longe dos níveis ideais. Todos estão conscientes dos benefícios à saúde e ao desenvolvimento socioeconômico que o saneamento proporciona. Mais saneamento significa menos mortalidade infantil, menos internação hospitalar, mais bem-estar da população. No Estado de São Paulo, para chegar a 100% de água e 82% de coleta e tratamento de esgoto vamos precisar de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões nos próximos dez anos. É preciso que haja uma poupança social no Estado para fazer frente a este investimento. É preciso também que haja avanços tecnológicos. Tanto na área de engenharia, para reduzir perdas, incentivar o reúso de água, quanto na gestão. Ter práticas mais eficientes. Quer dizer, tanto eficiência na parte tecnológica quanto na parte da gestão do serviço. E em terceiro lugar é preciso que haja planejamento de longo prazo, tendo em vista a escassez de recursos hídricos, e também é preciso haver regulação e fiscalização. Para evoluir a gente precisa de todos os aspectos sejam manejados integradamente.

#### **Como tem sido e qual a importância da atuação da Secretaria junto aos municípios?**

O governo do Estado quer que todos os 645 municípios de São Paulo tenham água potável, coleta e tratamento de esgoto. Por orientação do governador José Serra, os recursos estão

disponíveis para todos os municípios, não apenas para os que têm contrato de longo prazo com a Sabesp. É possível fazer parcerias de curta duração com as prefeituras para projetos específicos, como ajuda na elaboração de projetos e orientação na busca de financiamentos. Nos últimos 12 anos, o governo estadual investiu R\$ 15,5 bilhões em saneamento, R\$ 9 bilhões deles em esgotamento sanitário. Até 2010, serão aplicados mais R\$ 7 bilhões, a maior parte (R\$ 5,9 bilhões) da Sabesp.

**Quais seriam as dicas para os municípios que querem contribuir com a Secretaria? De que forma eles podem estar mais integrados?**

**Há duas grandes oportunidades na área de energia para o Brasil: a exploração da Bacia de Santos e a crescente demanda mundial por biomassa**

A Secretaria de Saneamento e Energia segue a orientação do governador Serra de atender a todas as prefeituras, sem distinção partidária. Mantemos um diálogo aberto, franco, ativo, com todos os prefeitos. Trabalhamos para o Estado de São Paulo inteiro. Os municípios têm sido bastante receptivos a isso. Agora mesmo estamos iniciando a elaboração de planos municipais de saneamento juntamente com os municípios, sem custos para as prefeituras. Esses planos são exigência legal para se obter recursos para as obras.

#### **Como a senhora analisa a venda da Cesp? O que deve mudar?**

Depois do cancelamento do leilão da Cesp, o governo do Estado estuda qual será a melhor alternativa para a



empresa, tarefa que é coordenada pela Secretaria da Fazenda.

**Corremos o risco de um apagão de energia nos próximos anos? O que deve ser feito a respeito? Como está a questão do racionamento?**

No curto prazo, com os reservatórios cheios, não há riscos de racionamento de energia este ano. Para 2009, vai depender do regime de chuvas a partir de maio e também da entrada do gás da Bolívia que está previsto, para que as termelétricas sejam acionadas, em caso de necessidade.

**Hoje, fala-se muito em biomassa. O que é exatamente e qual é o potencial para esta fonte de energia?**

A biomassa é o uso de produtos renováveis na produção de energia, seja proveniente de matéria orgânica vegetal ou animal. Em São Paulo, temos



rede básica de transmissão. O governo de São Paulo continuará apoiando o setor de co-geração, por exemplo, na questão do licenciamento ambiental.

**Quais os principais projetos da Secretaria para este ano? Algum projeto específico para os municípios paulistas?**

São vários. E todos contemplam os municípios, e não po-

deria ser de outra forma. Um dos principais é apoiar os municípios na elaboração de seus planos de saneamento, como disse, essenciais para a obtenção de recursos para as obras. As primeiras regiões contempladas serão o Vale do Ribeira e a Baixada Santista, beneficiando mais de 30 municípios. Esses planos serão elaborados de acordo com a legislação federal e a estadual. São Paulo agora vive sob um novo marco regulatório, com a criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), que vai regular e fiscalizar não só esses dois

setores, mas também o de gás canalizado. Temos o Programa de Recuperação de Mananciais, com recursos de R\$ 1,3 bilhão, incluindo o Programa Guara Piranga e Billings, e Programa Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê. Temos ainda programas como o Água Limpa, de Saneamento na Baixada Santista; o Córrego Limpo, para despoluição de 300 córregos da Capital, o Onda Limpa, e o PPP Alto Tietê, que vai ampliar a produção de água de 10 para 15 m³/s até 2010 para a RMSP. Isso no setor de saneamento. O governo do Estado está comprometido com a defesa das águas. Na área de energia, concluímos o planejamento para conexão à rede básica de 104 usinas identificadas de co-geração de energia a partir do bagaço de cana; e elaboramos a nova matriz energética para o Estado, num horizonte de 30 anos, mais diversificada e voltada para a ampliação da oferta de energia com a participação de novas fontes, associada a um perfil de consumo final mais eficiente e adequado sob o ponto de vista econômico e ambiental; e atuamos no sentido de assegurar o suprimento energético, reduzindo os riscos de déficit do setor e atendendo ao crescimento da demanda de gás natural. •

**Nos últimos 12 anos, o governo estadual investiu R\$ 15,5 bilhões em saneamento, R\$ 9 bilhões deles em esgoto sanitário. Até 2010, serão aplicados mais R\$ 7 bilhões, a maior parte da Sabesp**

um grande potencial de produção de energia a partir do bagaço de cana da indústria sucroalcooleira.

**De que maneira a Secretaria pretende incentivar a geração de biomassa?**

A Secretaria já faz isso. Dos 118 usinas de co-geração pré-qualificadas para o leilão de oferta de energia da Aneel, 64 são do Estado de São Paulo, com oferta de 4.182 megawatts. A Secretaria de Saneamento e Energia identificou e fez uma avaliação tecnológica das usinas e planeja a conexão com a



Esta imagem mostra toneladas de lixo urbano.  
Não está vendo? Essa é a idéia.

A CAIXA é o banco que mais financia o saneamento básico no Brasil. Além disso, cria políticas ambientais dentro e fora de suas agências. Isso tudo porque a CAIXA se preocupa sempre em preservar o meio ambiente e acredita que, se cada um fizer a sua parte, o futuro do planeta pode ser melhor.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

**CAIXA**





# 52º Congresso Estadual de Municípios

Organizado pela associação municipalista estadual mais antiga do País, evento reuniu grandes personalidades da política brasileira

**Por Iara Martins**





**ORGANIZADO** pela associação municipalista estadual mais antiga do País, evento reuniu grandes personalidades da política brasileira

O 52º Congresso Estadual de Municípios abriu com sucesso as comemorações do 60º aniversário da Associação Paulista de Municípios (APM). Sob o tema Municipalismo: Respeito e Compromisso foram debatidos no evento assuntos fundamentais para as administrações municipais como Reforma Tributária, Preservação do Meio Ambiente, Saneamento, Habitação, Educação, Promoção Social, Saúde e Segurança.

O encontro, que aconteceu em abril na cidade de Santos, no Mendes Convention Center, reuniu congressistas como prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, dirigentes municipais, primeiras-damas e técnicos do governo do Estado e da União.

O prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa, disse que foi uma grande honra para a cidade acolher o evento que durante seis dias lotou a rede hoteleira, movimentou o comércio, utilizou serviços, divulgou as atrações da região metropolitana para os congressistas, além de reafirmar a vocação do município para o turismo de eventos, que já movimentava a economia local durante o ano todo, gerando empregos, renda e oportunidades em toda a cadeia envolvida. Segundo ele, os painéis estiveram bastante focados no desenvolvimento sustentável e na inclusão social, temas importantes para todos os que atuam em gestão pública no momento. “Além de conhecer novos programas e determinações legais, foi possível tirar dúvidas e trocar experiências. Os contatos informais, antes e após as apresentações, e as visitas aos estandes da exposição paralela também possibilitaram o entrosamento entre os participantes”, comentou.

#### ABERTURA

Estiveram presentes na solenidade de abertura o presidente da APM, Marcos Monti; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado estadual Vaz de Lima; o secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Alexandre Rocha Santos Padilha; o prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa; o presidente da Câmara Municipal de Santos, Marcus de Rosís; o prefeito de São Carlos, secretário-geral e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Newton Lima Neto; o prefeito de São Vicente e presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, Tércio Garcia; a secretária de Estado de Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Battistella; o presi-

## ENCONTRO REUNIU PREFEITOS, VICE- PREFEITOS, VEREADORES, DIRIGENTES MUNICIPAIS, PRIMEIRAS-DAMAS E TÉCNICOS DO GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO

dente da União dos Vereadores de São Paulo (UVESP), Sebastião Misiara; o deputado federal, Márcio França; os deputados estaduais Luciano Batista, Célia Leão, Paulo Alexandre Barbosa e Gilmacir Santos.

Durante a solenidade, Monti lembrou que esse ano a APM completa 60 anos de existência e que o Congresso Estadual de Municípios marcou o início dessas comemorações. Ele também defendeu uma nova estratégia municipalista, que busque viabilizar a melhor distribuição do bolo tributário, a fim de atender às prioridades dos prefeitos paulistas: habitação, saneamento e meio ambiente. “A menor parte do bolo fica nos municípios e isso é injusto. Os municípios fazem mais que o governo e com menos dinheiro”, lamentou.

Como anfitrião, o prefeito Papa ressaltou a importância do evento na história política e administrativa do Brasil. “É com orgulho que Santos abriga o Congresso mais uma vez, 21 anos após o realizado durante a gestão do ex-prefeito Oswaldo Justo.”

Após a cerimônia, os congressistas puderam visitar os estandes da exposição paralela. •



## SEGURANÇA

# Ações de Segurança Pública são apresentadas durante plenária



PAINEL DESTACOU PRINCIPAIS TRABALHOS DE SEGURANÇA REALIZADOS NO ESTADO

**ESTIVERAM** presentes no painel de Segurança o secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Augusto Bretãs Marzagão; o delegado geral de Polícia, Maurício José Lemos Freire; o comandante geral da Polícia Militar, cel. Roberto Antônio Diniz; o coordenador da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, Celso Perioti e o secretário municipal de Segurança de Valinhos.

Marzagão destacou os principais trabalhos de segurança realizados no Estado, ressaltando que a atuação policial deve se manifestar com firmeza, porém com o respeito dos direitos básicos da cidadania; além de acontecer de forma a utilizar a inteligência policial, que se baseia nos princípios da informação.

O secretário aproveitou o encontro para lembrar a necessidade de promover ações de inclusão social como fator de segurança pública. “A prática mostra que ações sociais integradas surtem efeitos significativos para a redução da

criminalidade. Um exemplo é a ‘Operação Virada Social’, que já deu uma cara nova no Jardim Elisa”, disse.

O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública e realizado em conjunto com a parceria da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e da Casa Civil.

Ele anunciou, ainda, a implantação de ferramentas tecnológicas de segurança nas cidades do Estado, como o Registro Digital de Ocorrências (RDO) e Infocrim. Trata-se de bases de planejamento de ações policiais, que já resultaram na queda de 66% dos homicídios desde 1999. O sistema permite a digitalização das ocorrências policiais e o mapeamento de crimes.

O cel. Diniz contou que a Polícia Militar está otimizando seus recursos e que mais de 2.500 policiais foram destinados ao serviço operacional, sem aumentar, contudo o efetivo. Além disso, explicou que a PM está, cada vez mais, empregando seus recursos de forma in-

teligente, por meio de análises e estudos.

Já o Cmt. Freire afirmou que os policiais são prestadores de serviço à comunidade e que, portanto, são treinados para prover os direitos de todo cidadão. “Respeitar os direitos humanos e atender aos reclames e anseios da população são a base da ação policial”, ressaltou.

Celso Perioti apresentou as novas ferramentas da Polícia Técnico-Científica que contribuem na elucidação de crimes e falou sobre a construção de novas unidades do IC (Instituto de Criminalística) e IML (Instituto Médico Legal) no interior. Só neste ano, o governo de São Paulo já construiu dez unidades em todo o Estado.

O secretário de Segurança de Valinhos destacou que é preciso que os guardas municipais se integrem de maneira mais forte na segurança pública, a fim de combater efetivamente a violência e colaborar com a comunidade em que atua.♦





# 9º CBTIM



**CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS**

## **ATENÇÃO**

**Senhores Prefeitos, Vice Prefeitos, Vereadores e Gestores Municipais da área de  
T.I ( Tecnologia da Informação).**

**Programem-se para participar do único evento em T.I do país voltado para os  
municípios, e fiquem sabendo das maiores novidades no setor.**



**EXPOSIÇÃO PARALELA DE PRODUTOS,  
SERVIÇOS E TECNOLOGIAS**

**04 a 06 de novembro de 2008  
Frei Caneca Shopping  
Rua. Frei Caneca, 569 - Cerqueira César - São Paulo - SP**



## MEIO AMBIENTE

# Projeto Município Verde é mais uma vez tema de palestra no CEM

O 52º CEM foi palco de discussões sobre o Meio Ambiente. Para falar sobre esse assunto estiveram presentes o secretário estadual do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, o diretor do Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, Paulo Sérgio Muçouçah, que representou a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, e a representante do Departamento de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Diane Rangel.

ca de 170 planos, foi possível até começar a liberar verba para os municípios mais adiantados”, comentou. No mês de junho, quando o projeto completa um ano, será entregue o Certificado Município Verde para os municípios que obtiverem nota superior a 8 no Índice de Avaliação Ambiental (IAA) e o município que dentro de sua Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) receber a melhor nota no IAA receberá o Prêmio

do meio ambiente”, disse.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Muçouçah, comentou sobre a tentativa de regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal (1988), que faz menção ao ambiente, ressaltando a dificuldade dos órgãos ambientais responsáveis pelas decisões pertinentes. E destacou o lançamento do Programa de Apoio a Gestão Ambiental Municipal, projeto que envolve um plano de capacitação à distância



PROJETO “MUNICÍPIO VERDE”, DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, TEM A FINALIDADE DE PROMOVER O ENVOLVIMENTO DAS PREFEITURAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Graziano abordou o projeto “Município Verde”, um dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos do Governo do Estado, que tem a finalidade de promover o envolvimento das prefeituras na implementação de políticas públicas. E comentou satisfeito sobre a repercussão da iniciativa: “Em seu lançamento, 393 municípios aderiram ao protocolo e hoje 594 já têm protocolo assinado de adesão ao projeto”.

Atualmente a iniciativa está em sua segunda fase, que é a elaboração de planos de ação por parte de cada município. “Já recebemos cer-

Governador André Franco Montoro E contou que em 2009, a ideia do governo do Estado é inovar: “o município que tiver muita ambiental e não pagar vai perder acesso ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), convênios, entre outros.

Ele ressaltou que a política da Secretaria Estadual do Meio Ambiente é a da pedagogia ambiental não só para as crianças, mas para todo aquele que está diretamente ligado com a questão. “Os próprios agricultores e donos de terras devem ser conscientizados sobre a importância de realizar ações de proteção

para gestores municipais dirigido especificamente à área ambiental. “Vamos criar condições para que os municípios e estados possam assumir suas competências ambientais”, ressaltou.

Para Diane Rangel, a força dos municípios está na participação das discussões dos problemas, por isso acha importante que as administrações públicas estejam unidas para lutar por seus direitos e deveres. E lembrou que a CNM possui um Programa de Apoio à Gestão Ambiental. “Essa gestão é crucial para a sobrevivência de nosso planeta”, finalizou. •





FORAM APRESENTADOS PROJETOS PRIORITÁRIOS DA EMTU/SP, QUE TÊM POR OBJETIVO PROPORCIONAR MAIS GARANTIA DE RESULTADOS POSITIVOS NO SETOR

## TRANSPORTE

# Plano de expansão do Transporte Metropolitano

**O PAINEL** Transportes Metropolitanos foi ministrado pelo diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) de São Paulo, José Ignácio Sequeira de Almeida, e pelo coordenador da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), José Carlos da Silva Gomes.

Sequeira Almeida apresentou os Projetos Prioritários da EMTU/SP, que têm por objetivo proporcionar mais transparência, eficácia e garantia de resultados positivos no setor.

Dentre essas iniciativas está a estruturação do transporte metropolitano na Região Metropolitana de Campinas (RMC), por meio do projeto Corredor Noroeste, que irá ligar as cidades de Campinas e Hortolândia.

O ônibus brasileiro de hidrogênio é outro projeto da EMTU/SP. Realizado

em conjunto com o Ministério das Minas e Energia e com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, está em andamento a concepção de oito ônibus movidos a célula de combustível a hidrogênio, emitindo apenas vapor de água e evitando a poluição do ar.

Na segunda palestra, “Sistema Integrado da Região Metropolitana da Baixada Santista”, Gomes ressaltou a importância de investimentos em transporte público que ofereça conforto para a população.

Após essa explanação, o coordenador da STM palestrou sob o tema ‘Sistema Integrado (SIM) da Região Metropolitana da Baixada Santista’ e ressaltou a importância de investimentos em transporte público, a fim de oferecer conforto e segurança para a população.

Gomes explicou que uma das iniciativas do SIM está o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) – espécie de metrô de superfície – e garantiu que até 2010, o VLT entrará em funcionamento na Baixada Santista e contará com 11km de extensão em sua primeira etapa, além de um corredor de linhas de ônibus alimentadoras.

Segundo ele, o custo estimado do projeto é de R\$ 640 milhões, sendo R\$ 430 milhões relativos à infraestrutura e R\$ 210 milhões à operação do sistema. Os recursos advirão dos municípios afetados pelo sistema, do Estado e da União. “Trata-se de um projeto prioritário do ‘PAC da Mobilidade’ (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, e será o segundo VLT do país”, afirmou o coordenador. •



TCE

# As peculiaridades do último ano de mandato

**MAIS UMA VEZ** o Tribunal de Contas do Estado marcou presença no Congresso Estadual de Municípios. Nesta edição, o secretário-diretor do TCE-SP, Sérgio Ciqueira Rossi, explanou sobre o último ano de mandato, período em que o número de contas rejeitadas aumenta consideravelmente.

O secretário contou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criada em 2000, tem por objetivo fazer com que as prefeituras não acumulem dívidas no decorrer dos anos. Neste mesmo

ano, 288 contas foram rejeitadas, ou por não aplicar o mínimo de recursos na área de ensino ou por elevado déficit orçamentário. Nos três anos seguintes esse número caiu, mas em 2004, último ano de mandato, chegou a alcançar 310 contas rejeitadas.

Para solucionar essa questão, o TCE realiza um trabalho em todo o Estado que orienta os administradores municipais sobre as restrições no último ano de suas atividades. “O Tribunal não rejeita contas porque quer, mas porque

segue leis, porque sua missão é fazer com que a constituição seja cumprida. Se fosse por nossa vontade, nenhuma conta receberia parecer desfavorável. Asseguro-lhes que o Tribunal não é inimigo, mas parceiro dos municípios, tanto que tem feito crescer significativamente a sua atuação pedagógica, na linha de que a orientação é o melhor remédio”, salientou.

Ele falou, ainda sobre as vedações do artigo 42 da LRF e sobre outras matérias que motivam pareceres desfavoráveis. •



DURANTE PAINEL, FOI TRATADO O ÚLTIMO ANO DE MANDATO, PERÍODO EM QUE O NÚMERO DE CONTAS REJEITADAS AUMENTA CONSIDERAVELMENTE





TRABALHO

# Ensino reflete em empregabilidade e empreendedorismo

**A PLENÁRIA QUE TRATOU** do tema “Trabalho” contou com a presença do secretário de Estado de Emprego e Relações do Trabalho e presidente do Comitê Estadual de Desburocratização, Guilherme Afif Domingos; do superintendente do Sebrae/SP, Ricardo Tortorella e do diretor-presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), Leão Roberto Machado de Carvalho.

Afif apresentou dados do “Diagnóstico para o Programa Estadual de Qualificação Profissional”, pesquisa realizada em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que surpreendeu com a revelação de como a deficiência do ensino fundamental causa reflexos diretos na empregabilidade. De acordo com o secretário, 620 municípios paulistas participaram ativamente da análise.

A partir dessa pesquisa, ele afirmou ser necessário esboçar um plano

de ações que trace as condicionantes estruturais do programa, estude o contexto demográfico-social, o ambiente econômico e a dinâmica do mercado de trabalho. “Além disso, é preciso investir na educação de adultos, para que eles possam se qualificar profissionalmente”, observou.

Ele apresentou, ainda, um breve panorama sobre as demandas, necessidades e oportunidades de emprego e trabalho no Estado de São Paulo.

Ricardo Tortorella falou sobre o “Prêmio Prefeito Empreendedor”. Ele contou que 323 municípios do Estado já participaram do projeto, mas destacou a importância da participação de todas as cidades na disputa pelos prêmios da categoria estadual e nacional.

Segundo ele, as iniciativas do Sebrae alcançam também os vereadores, prova disso é o lançamento do Guia do Vereador Empreendedor, que tem por objetivo orientar os futuros vereadores sobre muitos motivos que justificam a

aposta em políticas públicas de apoio aos pequenos negócios como alternativa para a geração de postos de trabalho e para o desenvolvimento local. “Precisamos atuar nos municípios, afinal 99% das empresas estão instaladas nelas”, destacou.

Leão Carvalho explicou o papel da Prodesp na administração dos municípios de São Paulo, por meio de apoio à gestão, negócios municipais, infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e atendimento ao cidadão. E detalhou como a companhia trabalha em cada um desses aspectos.

O presidente da Prodesp afirmou que a companhia é uma grande parceira dos municípios e que está sempre à disposição dos municípios paulistas para atendê-los da melhor forma possível. “Os municípios de São Paulo são um mercado extremamente importante e nós os atendemos com muito cuidado e atenção”, finalizou. •



## EDUCAÇÃO

# Novas propostas do Estado de São Paulo



ESTADO DE SÃO PAULO OCUPA A 7ª POSIÇÃO NO RANKING NACIONAL DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E 2º NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**OS CONGRESSISTAS** foram prestigiados com a presença da secretária de Estado da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, que apresentou as novas prioridades e diretrizes da Política Educacional do Estado de São Paulo.

Ela abriu sua explanação contando que o Estado de São Paulo ocupa a 7ª posição no ranking nacional do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e 2º lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para melhorar a qualidade de ensino no Estado e galgar melhores posições, a Secretaria de Educação desenvolveu uma série de dez metas e dez ações, lançadas no ano passado e com final previsto para 2010.

Essas iniciativas foram apresentadas à Assembleia Legislativa, ao Conselho Estadual de Educação, secretários de outros estados, dirigentes de ensino, diretores de escolas, representantes

dos servidores e professores, além dos meios de comunicação. E obedecem ao cumprimento de alguns objetivos, dentre os quais a alfabetização plena de crianças de até 8 anos, redução em 50% da reprovação na 8ª série e no Ensino Médio e aumento de 10% no índice de desempenho nas avaliações. “Esse plano é uma forma de integrar alunos e professores. Mas a participação das prefeituras paulistas é fundamental para que todo o Estado vença a batalha pela Educação”, ressaltou a secretária.

O Programa Metas por Escolas e Programa de Incentivo, cuja inspiração vem do Ideb, do Ministério da Educação (MEC), foi uma das ações apresentadas pela secretária. Por meio dele, funcionários e professores de escolas que conseguirem atingir as metas estabelecidas recebem bônus proporcional ao esforço. E, caso ultrapasse essa meta, quem ganha o bônus é a escola.

A carreira e valorização do professor também estão dentro do programa e prevê a capacitação continuada, funções gratificadas, redefinição do critério de adicional por local de trabalho, entre outros. “Tem os agora o sistema de moradia, com cerca de 1.500 professores usufruindo desse benefício”, conta.

Outros programas são a Recuperação de Aprendizagem, que intensiva as primeiras seis semanas dos alunos; a Diversificação Curricular do Ensino Médio, cujo objetivo é implantar telecurso técnico em parceria com o Instituto Paula Souza, bem como cursos preparativos para o vestibular; o Ler e Escrever, que trabalha com a intervenção pedagógica e orientação curricular para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental; e o São Paulo faz Escola, com as mesmas diretrizes do anterior, mas focando o segundo ciclo do Ensino Fundamental. •



# Plenária discute investimentos em habitação e regularização fundiária



PAINEL LEMBROU QUE O MUNICÍPIO DEVE SER UM ORGANIZADOR DE DEMANDAS, PARA QUE AS PESSOAS DE BAIXA RENDA POSSAM USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS

**A SECRETÁRIA** nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, esteve presente no 52º Congresso Estadual de Municípios e ministrou palestra no painel de Habitação. Ao lado dela, palestraram o secretário executivo do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB), Silvio Figueiredo e o presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI/SP), José Augusto Viana Neto.

Inês Magalhães ressaltou que os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contribuíram para alavancar o setor. “O desafio do governo federal é formar a espinha-dorsal pelo qual esses recursos irão caminhar”, completou.

Ela lembrou que o município deve ser um organizador de demandas, para que as pessoas de baixa renda possam usufruir dos benefícios. “Cada cidade deve ter um responsável pela habitação, com uma efetiva participação”, afirmou. E enfatizou, ainda, a im-

portância da agilidade na aprovação de projetos, para que as obras sejam executadas rapidamente.

Silvio Figueiredo fez uma expo-

“DESAFIO DO GOVERNO FEDERAL É FORMAR A ESPINHA-DORSAL PELA QUAL ESSES RECURSOS IRÃO CAMINHAR”, EXPLICA A SECRETÁRIA INÊS MAGALHÃES

sição sobre o ‘Programa de Regularização Fundiária – Cidade Legal’, criado em agosto de 2007 e que tem por objetivo auxiliar os municípios na regularização fundiária, disponibilizando orientação e apoio técnico. Falou também sobre a reestruturação do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab), que tem por objetivo centralizar e agilizar os procedimentos administrativos de aprovação do Estado, para implantação de empreendimentos de parcelamentos do solo para fins residenciais, conjuntos e condomínios habitacionais, públicos ou privados.

Segundo ele, as duas medidas, criadas por meio de decretos do governador José Serra, possibilitaram maior agilidade nos processos de regularização fundiária do Estado. “Hoje nós temos 120 municípios conveniados no Cidade Legal e 450 mil unidades estão em fase final de regularização em São Paulo”, disse.

Já o presidente do Creci/SP salientou que, apesar de ter acontecido uma expansão imobiliária nos dois últimos anos, o déficit habitacional não diminuiu. E que se faz necessária a ampliação de financiamentos para compra de imóveis usados. “Pesquisas revelam que temos 4 milhões de imóveis vagos no País e 7 milhões de famílias pagando aluguel”, destacou.

Ele disse que uma das soluções para essa questão é a criação de cooperativas municipais de corretores. “Se os vereadores não derem as mãos e criarem iniciativas locais, o problema habitacional nunca será resolvido”, completou. •



## SAÚDE

# Novas ações no SUS e iniciativas de combate à dengue

**A SECRETARIA** de Estado da Saúde anunciou a aplicação de 20 novas ações para melhorar os serviços oferecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e fomentar a criação de Comitês Municipais de Mobilização para combate à Dengue.

As medidas foram divulgadas pelo assessor técnico da secretaria estadual, José Carlos Seixas, e pelo superintendente da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen/SP), Affonso Viviani Júnior, durante as palestras ministradas no painel de Saúde com 52º CEM.

Seixas abriu os trabalhos do painel traçando um breve histórico do SUS em São Paulo, que completa 20 anos de existência, e falando sobre importância do sistema, por meio de números que revelam o desempenho dos serviços de saúde oferecidos à população. Embora os dados apresentados pelo assessor técnico sejam significativos, ele lembrou que ainda há muito trabalho a ser feito para melhorar a atuação do SUS. “Para isso,

a Secretaria de Estado da Saúde criou 20 ações que devem ser aplicadas de forma global no Estado”, disse.

Entre elas, destacam-se a contratação de 2 mil novos médicos em 2008; credenciamento de 10 novos serviços na rede paulista de oncologia (Instituto do Câncer), totalizando 74 unidades que prestarão atendimento pelo SUS; criação de 400 vagas para o tratamento de hemodiálise e de 127 leitos UTI, fabricação de produtos hemoderivados, entrega de seis laboratórios regionais do Instituto Adolfo Lutz, repasse de R\$ 170 milhões para as 120 Santa Casas existentes, R\$ 86 milhões para a aquisição de equipamentos, R\$ 80 milhões para reforma de unidades de saúde, capacitação de 120 médicos para captação de órgãos doados, criação do primeiro Centro de Referência da Saúde do Homem, imunização de 14 milhões de paulistas contra a rubéola e criação do prêmio estímulo ‘Idéia Saudável’, como reconhecimento aos melhores funcionários.

Outro assunto tratado na plenária foi o preocupante avanço do número de casos de dengue, abordado pelo superintendente da Sucen/SP. Affonso explicou que a doença, causada pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, não pode ser prevenida por vacina e que o único modo de combatê-la é atuando sobre o mosquito transmissor. “É fundamental que haja uma prevenção nos municípios. Se isso não acontecer, haverá um aumento da infestação do vetor, na ocorrência da doença e, por consequência, na gravidade dos quadros de dengue e dengue hemorrágica”, alertou.

Em seu relato da evolução da doença, comentou que os primeiros casos surgiram em 1987, em duas cidades do Estado e, em 20 anos, atingiu 434 municípios, com 311.565 casos confirmados. E apresentou a proposta de organização de Comitês Municipais de Mobilização, envolvendo poder público, a comunidade e empresariado. “Só o trabalho articulado tem trazido resultados satisfatórios”, concluiu. •



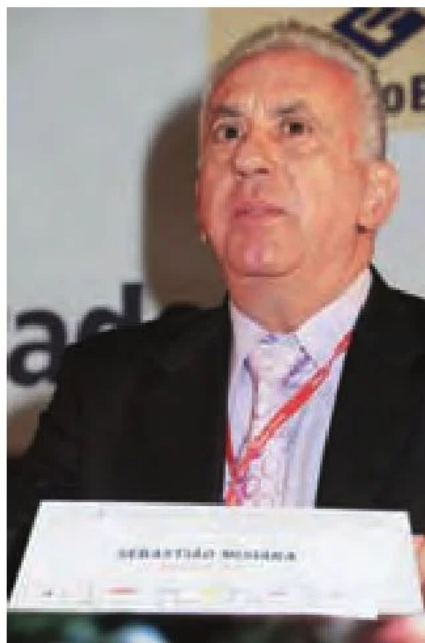
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE ANUNCIA A APLICAÇÃO DE 20 NOVAS AÇÕES PARA MELHORAR OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SUS



# PEC 333 provoca debates no congresso

**UM DOS PAINÉIS** que mais gerou polêmica nesse 52º Congresso Estadual de Municípios foi o da UVESP, pois abordou um dos temas de maior interesse dos vereadores no momento: a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 333. Essa matéria deve ser aprovada até 30 de junho para que possa entrar em vigor nessas eleições.

Fizeram parte dos trabalhos o presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP), Sebastião Misiara; o chefe de gabinete do deputado Federal Pompeu de Mattos (autor da PEC 333), Adroaldo da Cunha Portal; a consultora jurídica do CONAM e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Isabela Giglio Figueiredo; o presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), Bento



É PRECISO EQUALIZAR ESSA SITUAÇÃO CONSTITUCIONAL, QUE É A VOTAÇÃO DA PEC 333

Batista de Silva e o presidente da Associação de Vereadores e Câmaras Municipais do Estado do Rio de Janeiro (AVECMERJ), Luiz Mário Machado.

Isabela Giglio explicou sobre o quadro de vereadores antes e depois da resolução nº 21.702/2004 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que limitou o número de vagas para vereadores e reduziu em 0,5% os gastos das câmaras municipais.

E esclareceu, também, o novo quadro que entrará em vigor caso a PEC seja aprovada esse ano. “Esse projeto estipula que o número mínimo de vereadores seja sete e máximo de 55. Um acréscimo de 5.159 novas cadeiras no Brasil. Se o substitutivo do deputado federal Mário Heringer (PDT – MG) for aprovado, o número de novas ca-

deiras aumenta para 7.639, estipulando em nove o número mínimo e 55 o máximo”, detalhou.

Adroaldo destacou que é fundamental que a matéria seja aprovada ainda este ano e que já vigore nas eleições de outubro. “Se não resolver o problema agora (votação da PEC), não tenhamos ilusões de que isso aconteça no futuro”, advertiu.

Para o presidente da UVB é necessário que haja a mobilização de todas as associações vereadores, a fim de percorrer os gabinetes de deputados e senadores e pedir a aprovação do projeto e também acredita que se faz necessária a presença dos vereadores na Marcha à Brasília: “acredito em todo tipo de mobilização e essa marcha é mais uma. Se continuarmos mobilizando os vereadores a partirem para o confronto das idéias e interesses políticos, poderemos chegar a um bom termo. É preciso equalizar essa situação constitucional, que é a votação da PEC 333”, destacou.

Dentro do painel, ainda, houve a discussão da Lei Orgânica, ministrada pelo advogado e coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Antônio Sérgio Baptista. Ele contou que há um grande interesse por parte das Câmaras de Vereadores em atualizar suas Leis Orgânicas, mas advertiu que é preciso muita cautela no momento de criar essa lei.

Por esse motivo, o advogado contou que a APM está pensando em fazer um seminário para tratar da revisão dessas leis orgânicas. E salientou que é fundamental a presença dos vereadores e presidentes de Câmaras nesse evento. •



PROJETO ESTIPULA QUE NÚMERO MÍNIMO DE VEREADORES SEJA SETE E MÁXIMO DE 55, EXPLICA ISABELA GIGLIO



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

# CNM convida congressistas para a XI Marcha dos Prefeitos

Um dos principais eventos do municipalismo brasileiro vira painel no 52º Congresso Estadual de Municípios

**A MARCHA A BRASÍLIA** em Defesa dos Municípios visa refletir e reivindicar as questões que influenciam diretamente o dia-a-dia dos municípios e sua comunidade, como Saúde, Educação, Saneamento e Consórcio. Também são debatidos o Financiamento e Gestão da Saúde Pública, o Papel dos Legislativos Municipais, além das Reformas Tributária e Política.

Para discutir sobre esse assunto e destacar a importância da presença dos prefeitos na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foram convidados para a plenária o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski e o assessor da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, Gilmar Dominici.

Ziulkoski apresentou números que comprovam a luta da CNM e suas principais conquistas nos últimos anos. Algumas dessas vitórias foram a prorrogação da entrega dos Planos Dire-

tores, a renegociação das dívidas com o INSS, consórcios públicos, regimes próprios de previdência, pregão eletrônico, entre tantas outras.

Ele comentou que neste ano uma das principais reivindicações da marcha é o transporte escolar e a utilização do salário-educação pelos municípios. “Mas temos muitas pautas para levar a debate no Congresso Nacional”, salientou.

## RESULTADOS DA MARCHA

Nesta edição da Marcha, que aconteceu entre os dias 15 e 17 de abril, mais de 4 mil gestores municipais participaram. No evento estiveram presentes também o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Garibaldi Alves, e mais 27 ministros.

A proposta de Reforma Tributária, a revisão dos coeficientes da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Pacto Federativo

foram pontos amplamente discutidos durante o evento municipalista. Outros pontos relevantes como a regulamentação da Emenda Constitucional 29 - para garantir que a União também cumpra os investimentos em Saúde previstos-, os ganhos e perdas com o Fundeb e os problemas enfrentados pelos municípios de fronteira foram discutidos em painéis setoriais simultâneos.

Os resultados positivos da XI Marcha puderam ser vistos já na cerimônia de abertura. Na ocasião, o presidente Lula leu o decreto criando o Comitê Gestor do Imposto Territorial Rural (ITR), que terá a tarefa de operacionalizar a transferência de 100% da arrecadação do tributo (R\$ 400 milhões ao ano) para os municípios.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, contabiliza que nos últimos anos as lutas do movimento municipalista resultaram em conquistas expressivas e uma receita adicional para os municípios que já soma R\$ 62 bilhões. •



A MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS VISA REFLETIR E REIVINDICAR AS QUESTÕES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE O DIA-A-DIA DOS MUNICÍPIOS E SUA COMUNIDADE



# É preciso aprimoramento

Pontos para aperfeiçoar a administração municipal são apresentados em painel



SIDNEY BERALDO: "A PROLIFERAÇÃO DE MUNICÍPIOS FEZ COM QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTEJAM PRESENTES EM TODAS AS LOCALIDADES BRASILEIRAS"

**RESPEITO E COMPROMISSO:** Relacionamento dos Municípios com o Cidadão foi o tema do painel Gestão Pública, ministrado pelo secretário de Estado de Gestão Pública, Sidney Beraldo, pela assessora especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Paula Ravanelli Louzada, e pela advogada Darcy Fernandes Pimentel.

Paula Ravanelli fez um relato da trajetória dos municípios brasileiros, contanto que eles passaram a ser considerados como entes da Federação a partir da Constituição de 1988, quando recebeu uma definição clara de suas atribuições e começou a receber recursos para desenvolvê-las. "A proliferação de municípios tornou as relações federativas mais complexas, no

entanto criou a oportunidade para que as políticas públicas estejam presentes em todas as localidades brasileiras, chegando mais próximas do cidadão", completou.

Com o grande número de municípios, a comunicação entre eles e o Governo Federal ficou um pouco comprometida, para resolver essa questão foi criado o Comitê de Articulação e Pacificação Federativa (CAF), composto por representantes dos 18 ministérios e da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos, a fim de ajudar na elaboração de políticas públicas.

Outros pontos abordados pela assessora foram a criação dos Consórcios Públicos, em 2005, que são parcerias

formadas por dois ou mais entes da federação para a realização de objetivos de interesse comum; e as parcerias Público-Privadas (PPP), que vieram como um instrumento efetivo para a viabilização de projetos fundamentais ao crescimento do País, para a atuação transparente da Administração Pública e das regras de responsabilidade fiscal.

Segundo Paula Ravanelli, o governo federal criou uma lei para regular o processo de transição governamental. "O Governo fará a sua parte, preparando diagnósticos dos municípios e disponibilizando esses dados para o prefeito que iniciará seu mandato antes mesmo de sua posse", explicou.

O secretário Sidney Beraldo esclareceu que é preciso melhorar e aprimorar o atendimento dos municípios e seus cidadãos, uma vez que hoje a questão da gestão pública ocupa cada vez mais espaço na agenda dos gestores e da sociedade como um todo, que cobra serviços de qualidade, seja da União, dos Estados e Municípios.

Ele explicou que a secretaria está atuando em três áreas principais: "gestão de pessoas e recursos humanos, modernização e organização, e governo eletrônico". Ele contou que alguns pontos são levados em consideração para otimizar os recursos e promover maior qualidade nos serviços oferecidos.

Na área de gestão de pessoas estão sendo estudadas a criação de novas carreiras para especialistas em Poder Público, a remuneração por resultados e a certificação para cargos de confiança. "Embora seja cargo de confiança, o profissional deve se mostrar qualificado para exercer a função", disse. •



## MOMENTO CULTURAL

# Congressistas são presenteados com cultura e entretenimento



"A FIGURA DE JOÃO GOULART ATÉ HOJE NÃO FOI ANALISADA COM A GRANDEZA QUE MERECE", ALMINO AFFONSO

O **MOMENTO** cultural sempre teve papel muito importante no Congresso Estadual de Municípios. E nesta 52ª edição ele trouxe personalidades como o político Almino Affonso, o cientista político Alberto Carlos Almeida e o cantor, compositor e apresentador do programa Sr. Brasil, Rolando Boldrin.

Almino Affonso, que foi ministro do Trabalho no governo de João Goulart, falou sobre o ex-presidente, que governou o Estado entre setembro de 1961 e março de 1964.

Ele contou que Jango é julgado no plano da história como um administrador relapso, um chefe de Estado negligente e defendeu a necessidade de uma reparação histórica dessas acusações. "A figura de João Goulart até hoje não foi analisada com a grandeza que merece", lamentou. Para fazer esse resgate

da trajetória desse personagem, Affonso está escrevendo um livro intitulado "Jango – No Plano da História".

Almeida destacou a importância de o candidato político possuir sua identidade e perfil bem claro e definido, para tranquilizar o eleitor no momento de escolher o seu candidato. E esse político não deve apresentar inúmeras vantagens para que o eleitor vote nele, mas apresentar um motivo relevante para isso.

O ÚLTIMO DIA DE PALESTRAS FOI FINALIZADO COM CHAVE DE OURO COM O SHOW DE ROLANDO BOLDRIN

"Quando a pessoa dá um motivo para votar e não inúmeros, fica mais claro para o eleitor conseguir decidir o seu voto", ratificou.

O cientista político apresentou alguns casos de sucesso de campanhas eleitorais baseadas em estratégias como: potencial de crescimento, combinação entre passado e presente do candidato e definição de imagem pública.

O último dia de palestras foi finalizado com chave de ouro com o show de Rolando Boldrin. O artista divertiu os congressistas com suas piadas caipiras e contagiou a todos com a moda de viola.





# Melhoria para o setor de Saneamento



SECRETÁRIA APRESENTOU O NOVO MARCO REGULATÓRIO E APOINTOU AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS CONTRATOS FORMALIZADOS PELO PLANASA E OS ATUAIS

**ESTIVERAM PRESENTES** na plenária a secretária de Estado de Saneamento e Energia, Dilma Seli Pena, o presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Gesner de Oliveira e o diretor do Departamento de Água e Esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Márcio Galvão Fonseca.

A secretária apresentou o novo marco regulatório e apontou as principais diferenças entre os contratos formalizados pelo Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que utilizava financiamentos por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os atuais, firmados por meio de convênios de cooperação e por contratos de programa regulamentados, que são mais flexíveis e possibilitam a avaliação prévia pelo município.

As cidades passaram a contar também com a Agência Reguladora de

Serviços de Saneamento e Energia de São Paulo (Arseesp), que está inserida no contexto de modernização da política estadual para o setor e que está adequada às leis federais 11.107/05 e 11.445/07, que estabelecem, respectivamente, as normas gerais de contratação de consórcios públicos, e as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Dilma ressaltou que São Paulo saiu na frente em relação aos outros estados por já possuir uma agência reguladora, que deve fiscalizar e orientar a prestação de serviços em saneamento. E completou: “é fundamental esse sistema de regulação, pois faz com que os bens comuns sejam bem utilizados e disponíveis para todos”.

Ela destacou a existência de instrumentos que permitem à Sabesp auxiliar os municípios não atendidos pela companhia, orientando a elaboração de projetos e a busca de financiamento, entre outros. E lamentando a dicotomia

dos municípios no que diz respeito ao saneamento básico, que são os atendidos pela Sabesp e os não atendidos. “Queremos que os 645 municípios de São Paulo tenham coleta e tratamento de esgotos. A idéia é fazer com que todos os setores do governo do Estado trabalhem em benefício dos municípios e que essas cidades sejam parceiras delas”, disse.

O presidente da SABESP apontou as principais mudanças na atuação da Companhia, como a renovação de concessões, o novo relacionamento com as prefeituras, a aceleração do ritmo dos investimentos articulados ao programa de metas 2007-2010.

Ele contou que a empresa pretende elevar para 100% o índice de abastecimento, para 84% a coleta de esgoto e 82% o tratamento. E explicou que isso será possível por meio de uma redução estratégica de perdas, que cairão dos atuais 32% para 24%. “Para cumprirmos a meta, estamos duplicando o patamar de investimentos de 2007 a 2010 para, aproximadamente, R\$ 6 bilhões e tanto os municípios como os órgãos reguladores vão contribuir para que a Sabesp possa desenvolver um trabalho ainda melhor”, concluiu.

Já Galvão Fonseca apresentou algumas premissas de seu departamento, dentre as quais buscar a universalização do atendimento, implementar a Lei do Saneamento Básico, garantir uma política estável de financiamento, promover intervenções integradas e sustentáveis em favelas, apoiar a preparação de projetos, obras e ações de desenvolvimento institucional de prestadores, entre outras. •





## HOMENAGEM

# Governadores do Estado de São Paulo são homenageados durante congresso

**OS HOMENS** que lutaram pela causa municipalista no estado de São Paulo recebem o reconhecimento da APM e dos congressistas

Para iniciar as comemorações de seus 60 anos a Associação Paulista de Municípios (APM) resolveu homenagear governadores de São Paulo por suas obras e trabalhos a favor do Estado. Homens que lutaram pela causa municipalista durante sua trajetória política.

As homenagens começaram por

José Maria Marin, que contou um pouco de sua história: “Não nasci em berço de ouro, mas graças ao esforço, à fé e ao respeito aos semelhantes, consegui chegar até aqui. E hoje me sinto um homem plenamente realizado.”

Luiz Antonio Fleury Filho também recebeu o seu tributo e afirmou que se sentiu muito à vontade no Congresso, pois já o frequenta há muitos anos, como secretário, como governador e fez questão de estar presente mais uma vez, já que a APM é uma associação

muito respeitada e comprometida com a causa municipalista. “A APM nos enche de orgulho. E acredito que quanto mais forte os municípios estiverem, com os Estados no papel complementar e a União na coordenação, mais as coisas darão certo”, ressaltou.

Durante a homenagem a Orestes Quércia, o ex-governador falou sobre a Reforma Tributária como fator fundamental para o fortalecimento dos municípios e tocou na questão da Educação para que a criança conheça, des-





LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO



ORÉSTES QUÊRCIA

de pequena, seu papel na sociedade, o que também contribui para o desenvolvimento dos municípios. E agradeceu o tributo recebido: “Fico muito grato pela homenagem e espero que vocês trabalhem com a APM na causa municipalista, o que fortalece o País inteiro”, disse.

Paulo Maluf afirmou ter grande interesse na causa municipalista e disse que a população tem ciência desse seu trabalho. “Tenho orgulho, não só por ter sido votado nos 645 municípios de São Paulo, mas por ter constado meu nome em todas as urnas do Estado”, contou satisfeito. E declarou que votou a favor da Reforma Tributária, bem como se pôe ao lado da PEC 333 para dar mais força aos municípios. E finalizou agradecendo a homenagem. “Quem me

der a honra de me visitar, vai encontrar esse título (troféu da homenagem) em cima da minha mesa.”

Há 46 anos ininterruptos participando do Congresso Estadual de Municípios, a justa homenagem ao governador Laudo Natel comoveu os congressistas. O ‘governador caipira’, como até hoje é chamado por ter lutado pelas cidades interioranas, pode ter a honra de dizer que conhece os 645 municípios de São Paulo. E “receber uma homenagem como essa depois de tantos anos longe do governo me deixa muito sensibilizado e me remonta ao tempo em que lutava pelos municípios”, revelou emocionado.

Geraldo Alckmin comentou sobre a descentralização do poder e disse acreditar que se isso ocorrer a popula-



JOSÉ MARIA MARIN

ção certamente será beneficiada. E defendeu a causa municipalista ao dizer que por estar perto do povo, o prefeito enxerga melhor os problemas. Sendo assim, achou necessário atentar os congressistas para suas responsabilidades políticas e suas participações nos congressos realizados pela APM. •



PAULO MALUF



GERALDO ALCKMIN



FRASES



**“A questão da sobrevivência está diretamente ligada à organização da sociedade”**

**Rogério Amato**

Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social



**“O nosso parceiro para combater a dengue é a população”**

**Affonso Viviani Júnior**

Superintendente da SUCEN/SP

**“O vereador é o político mais sacrificado. É aquele que está em contato direto com o povo”**

**José Maria Marin**

Ex-governador de São Paulo



**“Quem é vereador, jamais deixará de sê-lo. É uma tarefa sagrada”**

**Célia Leão**

Deputada Federal



**“O município é o ente mais importante da Federação”**

**Isabela Giglio**

Consultora jurídica do CONAM e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM







**“O acidente faz parte da vida de todo indivíduo, mas é considerado um problema de saúde pública”**

**Ronaldo Augusto Bretãs Marzagão**

Major Antônio Ferraz  
Polícia Militar do Estado de São Paulo



**“Sou a favor da PEC 333, para dar mais força para os municípios”**

**Paulo Maluf**

Ex-governador de São Paulo



**“Política é trabalhar pelo coletivo”**

**Geraldo Alckmin**

Ex-governador de São Paulo



**“O fortalecimento do município é fundamental para o fortalecimento da população”**

**Orestes Quércia**

Ex-governador de São Paulo



**“A razão de ser da SABESP é a proteção do meio ambiente”**

**Gesner de Oliveira**

Presidente da SABESP





ABERTURA SENDO FEITA PELO 1º VICE PRESIDENTE DA APM, PREFEITO DE APARECIDA JOSÉ LUIS RODRIGUES (ZÉ LOQUINHO)

## PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

# Desenvolvimento Social e Direito da Mulher

A **PROGRAMAÇÃO ESPECIAL** do 52º Congresso Estadual de Municípios foi, mais uma vez, um sucesso. Nessa edição, o encontro das primeiras-damas, presidentes de fundos sociais e técnicos do setor, reuniu personalidades das políticas de assistência e desenvolvimento social do Estado de São Paulo.

A primeira plenária da programação teve como palestrantes a presidenta do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade de Santos, Maria Sílvia Tavares Papa, a deputada estadual e coordenadora da Frente parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher, Ana Perugini e a presidenta da Fundação Arquivo e Memória de Santos, Cristina Guedes Gonçalves. Os assuntos abordados nesse painel foram a Lei de Maria da Penha e a situação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) no Estado.

Durante a semana também esteve presente o presidente do Fundo Social de Mirassolândia, Fábio Fernando de Lima, que ministrou palestra ao lado da presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Ação Política e Social (Abramapos) e Centro de Estudos

e Apoio aos Municípios e Empresas (Ceame), Dalva Christofoletti. O tema abordado por eles foi a importância e o papel do Fundo Social na Gestão Pública Municipal e das entidades que congregam Fundos Municipais. Fernando Lima apresentou algumas idéias que geraram resultados positivos em seu município e Dalva defendeu a criação de projetos para que os fundos municipais se tornem fortes e exerçam a responsabilidade social.

A Programação Especial foi coordenada pela vereadora de São João da Boa Vista, Maria Teresinha de Jesus Pedrosa, que encontrou na participação do secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, Rogério Amato, na programação foi um dos pontos altos da semana. “Como eu sabia de sua presença, preparei um documento solicitando a criação de uma política por parte do Governo do Estado, com o objetivo de acabar com a terrível situação das crianças de rua. Qual não foi minha satisfação ao vê-lo discorrer sobre as políticas que estão sendo planejadas neste sentido”, contou.

Outros assuntos abordados na programação foram as drogas e gravidez

na adolescência, o papel do Conselho Tutelar, medidas de prevenção de acidentes, além da exposição de casos de sucesso, como o Pólo Social de Geração de Renda – Parque Ambiental Sambaibatuba, que desenvolveu cidadania e proporcionou geração de renda a ex-catadores do antigo Lixão, vencedor do Prêmio ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) em 2007, e o Projeto Clarear Caminhos, que ensina famílias carentes a fabricar tijolos ecológicos, auxiliando-as na construção de suas casas próprias.

A vereadora ficou satisfeita com a receptividade e participação das mulheres públicas no evento e contou que essa foi uma experiência sem precedentes, que deseja repetir sempre que possível, já que ainda há muito a se fazer para a sociedade, o que demanda muito tempo e trabalho. E finalizou dizendo que a Programação Especial, como sempre, esteve presente no evento para somar e auxiliar na obtenção dos resultados e objetivos do Congresso. “Tive muita satisfação em perceber que muitos congressistas se dividiram entre os dois auditórios, a fim de participar das duas atividades desenvolvidas no evento”. •



# Congressistas conhecem mudanças advindas com a aprovação da Reforma

**A REFORMA** Tributária é discutida há mais de uma década em todos os encontros municipalistas, isso porque ela é a responsável por repensar na partilha entre os entes federados e restabelecer o equilíbrio da carga tributária que, nos últimos 20 anos, teve como único beneficiário os cofres da União.

Como não poderia ser diferente, neste ano a discussão voltou ao Congresso Estadual de Municípios, e estiveram presentes para debater o tema o representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Marcos Valadão e o coordenador adjunto da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Osvaldo Santos de Carvalho.

Valadão apresentou o projeto de Reforma Tributária enviado ao Congresso Nacional dizendo que, ela veio para resolver questões de sustentabilidade tributária. Entre essas problemáticas estão a cumulatividade, que gera custo tributário; a desoneração incompleta dos investimentos; as distorções relativas à tributação do ICMS (Impos-



MARCOS VALADÃO, DA RECEITA FEDERAL

to sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços); a desoneração incompleta das exportações, que provoca a guerra fiscal e a tributação excessiva na folha de pagamento.

Ele fez algumas observações sobre alguns desses assuntos, como o elevado custo para as empresas das obrigações tributárias acessórias. “O Brasil é o campeão mundial em tempo despendido pelas empresas para o cumprimento das obrigações tributárias”. E disse que um dos problemas relacionados ao ICMS é a guerra fiscal (utilidade dos benefícios fiscais para atrair investimentos). “Essa guerra tem levado a uma situação de anarquia tributária, gerando insegurança para os investidores e comprometendo o crescimento do País”, lamentou. E, quanto à folha de salários, afirmou que essa tributação excessiva não só prejudica a competitividade brasileira como estimula a informalidade. “Se a elevada tributação estimula a informalidade, essa por sua

vez, gera uma carga mais elevada para as empresas formais criando, um ciclo vicioso e tornando a nossa produção menos competitiva”, observou.

Para ele, a Reforma Tributária será aprovada, pois se trata de uma proposta de governo e não política. Assim, haverá a possibilidade de o Produto Interno Bruto (PIB) aumentar em 0,5% e a sociedade pagará menos tributos.

Osvaldo Santos de Carvalho apontou algumas preocupações caso ocorra a aprovação da Reforma e apresentou propostas do Estado de São Paulo para resolver essas questões.

Alguns dos problemas que virão com a aprovação dessa proposta de Reforma são a redução da alíquota interestadual, pois o projeto prevê 2% e a questão do período de transição, que está previsto para sete anos. A proposta de São Paulo para essas problemáticas são, respectivamente: a adoção de 4% de alíquota interestadual e realizar essa transição em cinco anos. Outras preocupações e providências foram apresentadas pelo coordenador adjunto. •



OSVALDO SANTOS DE CARVALHO, DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO



DEPUTADO CELSO GIGLIO





GALERIA DE FOTOS

# Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologia

O 52º Congresso Estadual de Municípios, como ocorre tradicionalmente, contou com a Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologia. Entre os diversos expositores presentes, destacamos os Patrocinadores e Apoiadores Institucionais do evento, pois sem eles isto não seria possível. A APM agradece a todos os parceiros que contribuíram para o sucesso do evento.



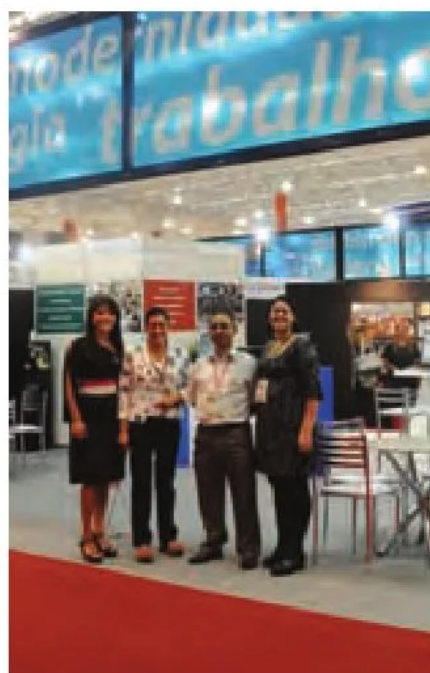
## PATROCINADORES OFICIAIS





GALERIA DE FOTOS

APOIADORES INSTITUCIONAIS



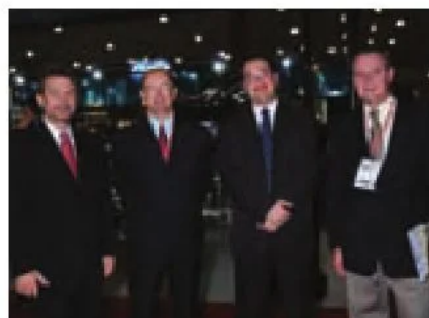


## DESTAQUES DO 52º CONGRESSO





GALERIA DE FOTOS









GALERIA DE FOTOS





# 52º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

31 DE MARÇO A 05 DE ABRIL DE 2008 • MENDES CONVENTION CENTER • SANTOS

## NO ANO DO 60º ANIVERSÁRIO

da ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS, nesta bela cidade de Santos, no Mendes Convention Center, na realização do 52º Congresso Estadual de Municípios, evento organizado pela entidade maior do municipalismo paulista, contando com o significativo e inestimável apoio dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Santos, tanto quanto dos Prefeitos(as), Vice-Prefeitos(as), Vereadores(as) e todos os municipalistas que participaram das atividades desenvolvidas de 31 de março a 05 de abril de 2008, reunidos na Sessão solene de encerramento, comandada pelo Presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, aprovaram esta CARTA, que engloba todos os debates, discussões, síntese dos painéis temáticos, bem como as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

MUNICIPALISMO: RESPEITO E COMPROMISSO, tema central de todos os debates que permearam o evento, são vias de mão dupla. RESPEITO que, em relação aos demais entes federativos, deve ser palavra de ordem para o municipalismo. RESPEITO à autono-

mia dos municípios, princípio de conduta que deve estar presente em todas as ações dos demais entes federativos que, direta ou indiretamente, envolvam interesses locais. COMPROMISSO do municipalismo em relação ao atendimento do amplo rol de deveres que lhes foi cometido pela Constituição de 1988, poder-dever de Estado, especialmente nas nobres áreas da educação, saúde, promoção social e saneamento básico. COMPROMISSO inescusável para assumir, como parceiros, as obrigações, de competências comuns, hospedadas no artigo 23 da Constituição Federal.

Dentre os temas discutidos neste 52º Congresso, todos de relevante e inegável importância, merecem menção especial os debates travados em torno das Propostas de Emendas Constitucionais da Reforma Tributária e do Número de Vereadores, a já famosa PEC 333, o novo marco regulatório do saneamento básico e a necessidade de atualização das Leis Orgânicas municipais.

A Reforma Tributária, tema recorrente, discutido há mais de uma década em todos os encontros do municipalismo, é permanente preocupação que afli-ge todos os Municípios brasileiros. É

preciso que o Parlamento Nacional, que está na U.T.I., como diz seu Presidente, abandone seu atual papel de caudatário do governo central, e assuma, definitivamente, seu figurino constitucional de representante do povo brasileiro, discutindo e aprovando uma reforma que tenha a coragem de estabelecer uma estrutura tributária renovada, moderna; que tenha a coragem de reduzir a pesada carga tributária, uma das maiores do mundo civilizado, que engole, anualmente, como leão faminto, quatro salários de cada trabalhador deste país; que leva as empresas a consumir 2.600 horas por ano PARA PAGAR IMPOSTOS BÁSICOS, quando, segundo estudo do Banco Mundial, entre 177 países, apenas 23 gastam mais de 500 horas/ano, ou seja, o custo tributário do BRASIL É CAMPEÃO.

A titularidade dos Municípios para a prestação dos serviços de saneamento básico, em seu sentido mais amplo, é ponto de honra, questão que não admite qualquer margem de dúvida. Os Municípios, com o advento do novo marco regulatório do saneamento básico, devem estruturar seus serviços com competência e responsabilidade, evitando



cometer os equívocos do passado, causados por imposição dos tempos da ditadura. O saneamento básico é serviço municipal e pelo Município deve ser regulado, começando pela elaboração, prevista na lei, do plano municipal de saneamento que deve observar as peculiaridades locais e abranger os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final de resíduos sólidos (lixo), drenagem e

manejo de águas pluviais urbanas.

A revisão e atualização das leis orgânicas, em face das profundas alterações introduzidas no ordenamento jurídico pátrio, é inadiável, devendo as edilidades promover, com auxílio técnico das entidades representativas, os estudos necessários para a sua discussão e aprovação, sempre respeitadas as particularidades de cada comuna.

Ano de eleições! Ano de desfraldar

a bandeira da reforma tributária justa! Ano do 60º aniversário da nossa querida Associação Paulista de Municípios! PARABÉNS!

SANTOS, 05 de abril de 2008.

**MARCOS MONTI**

Presidente da Associação Paulista de Municípios - APM

#### **APOIO**

Governo de São Paulo, Governo Federal

#### **PATROCÍNIO**

Nossa Caixa, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, CPFL, Petrobras, Bradesco.

#### **APOIO INSTITUCIONAL**

Sabesp, EMTU, Dersa, Artesp, Prodesp, DAEE, CHDU, FDE, Imprensa Oficial, Centro Paula Souza

## **SÍNTESE DOS PAINÉIS TEMÁTICOS**

### **EMPREGO, DESBUROCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

- Criação do Premio "Vereador Empreendedor", visando a difusão das experiências. (dos 645 Municípios de São Paulo, 323 já participaram do Premio)
- A formação de lideranças Municipais (já foram treinados pelo SEBRAE) 7500 líderes.
- A importância de se regulamentar a lei geral (Em São Paulo 55 Municípios regulamentados)
- Empreendedorismo como ferramenta indispensável para o desenvolvimento.
- O dinheiro público não pode ser aplicado sem foco. Antecede a sua destinação o diagnóstico a ser feito pelos gestores desses recursos junto à comunidade, que dará os indicadores para o seu uso.
- A universalização das informações como direito dos cidadãos e dos gestores públicos, que podem e devem se utilizar da infra-estrutura de Redes Corporativas do Estado. Esse uso ajuda na administração, gerando eficácia nos gastos.

### **PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE**

- SUS: 20 anos de efetiva criação do sistema.
- Procedimentos ambulatoriais, vacinas aplicadas e transplantes (em número e qualidade só os Estados Unidos ganha do Brasil).
- O Estado tem um papel importante na complementação dos serviços do SUS.
- A realidade brasileira, apesar do grande avanço, tem carência de profissionais treinados e capacitados para se somar aos esforços na ampliação dos serviços, além do estrutural.

### **DENGUE – NÃO EXISTE VACINA CONTRA**

- É transmitido pelo mosquito que deve ser combatido através de Comitês Municipais de mobilização, com ações educativas de prevenção.
- É preciso romper paradigmas, vai além do universo da Saúde; envolve todas as áreas de prestação de serviços do Município e toda a comunidade.



## CARTA DE SANTOS

- Após a decisão política as ações não podem ser restritas ao poder público.
- O engajamento de toda a população – poderes públicos, instituições privadas, sociedade civil organizada e cidadãos – é vital e todos são responsáveis pelo problema e pela sua redução.

### RESPEITO E COMPROMISSO:

#### RELACIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS COM O CIDADÃO

- O Governo do Estado de São Paulo, cada vez mais, tem se ocupado com a eficiência na aplicação dos recursos públicos, desde que considera que a gestão pública deve se preocupar em atender, cada vez melhor, as necessidades da população.

A Secretaria de Gestão Pública tem como seus principais objetivos:

- a profissionalização e melhoria técnica do pessoal;
  - a modernização dos equipamentos que integram a máquina administrativa;
  - a introdução definitiva do governo eletrônico;
  - a introdução da política de estágios;
  - maior controle das compras corporativas;
  - criação para os Municípios de cursos por teleconferência, abrangendo várias áreas;
  - co-participação Estado e Municípios, disponibilizando recursos técnicos em todas as áreas;
  - criação de centros integrados regionais do governo estadual, nas sedes das regiões administrativas do Estado;
  - aumentar o número de unidades do Poupa-tempo.
- 
- Em face do tema abordado, oportuno lembrar que a Lei Nacional nº 11079/04, que regulamenta as parcerias público-privadas contem normas gerais, de cumprimento obrigatório em todo o território brasileiro (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e normas específicas, aplicáveis somente à União.
  - Assim, os Estados, Distrito Federal e Municípios, para usarem as PPPs, antes, distinguindo na Lei 11.079 as normas consideradas gerais (de aplicação obrigatória para todo o país), daquelas que são específicas (destinadas apenas para a União), deverão, cada qual, editar as suas normas específicas, complementando, assim, o ordenamento federal.

### REFORMA TRIBUTÁRIA

- Reconhecimento da necessidade de “rever o pacto federativo”; estaremos a desperdiçar um momento político (presidente reeleito e com alto índice de aprovação)

mais propício à discussão das atribuições federativas;

- A reforma da forma que está, embora contenha avanços, tende a permitir o agravamento das distorções atuais do sistema de partilhas e transferências, tornando mais difícil sua revisão no futuro;
  - Seria o momento apropriado para discutir a inclusão das contribuições no bolo das partilhas, exceto às relativas a contribuição previdenciária e do próprio sistema público.
  - Cumpre destacar que é no Município em que se sente a necessidade da revisão do pacto federativo, pois é em seu território que é sentida as maiores cobranças e distorções atuais.
  - Com as mudanças ocorridas no ISS, os municípios incrementaram a cobrança do imposto sobre serviços. Resultado: entre 2002 e 2006, a receita do ISS cresceu 11,8% ao ano, em média, acima da inflação. No mesmo período, a receita do ICMS cresceu a uma taxa anual de 4,6%.
  - A criação ou elevação de contribuições sociais e econômicas não compartilhadas foi a estratégia adotada pela União para ganhar receita sem precisar dividir com Estados e municípios:
- 1) A alíquota da Cofins foi elevada, em duas fases, e a receita cresceu três vezes desde 1999: R\$ 91 bi;
  - 2) A Cide foi criada sob pretexto de ser aplicada nas estradas, mas acabou no caixa único: R\$ 8 bi ao ano;
  - 3) A base de cálculo da CSLL pulou de 12% para 32% do faturamento, e sua receita dobrou para R\$ 28 bi.
- É inegável a necessidade de uma ampla e continua discussão, com a participação efetiva dos Municípios, através DO CONFAZ-M, já criado pela APM no Estado de São Paulo e já existentes em outros Estados, para que participe com direito a voz e voto, em toda e qualquer mudança que se pretenda alicerçar no atual sistema tributário. (Leia a íntegra deste documento nos sites: [www.apaulista.org.br](http://www.apaulista.org.br), [www.asbadvogados.com.br](http://www.asbadvogados.com.br), [www.brasilcidade.org.br](http://www.brasilcidade.org.br)).

### TRANSPORTE METROPOLITANOS

Além dos projetos de Sistema Integrado Municipal a EMTU desenvolve:

- Sistema de Transporte Escolar
- Concessão de projetos de transportes em andamento o desenvolvimento de ônibus a Hidrogênio.

Os Investimentos tem priorizado:



- Redução de Poluição e,
- Redução de Acidentes
- Em todos os Projetos do SIM, tem sido considerada a implantação de Ciclovias.
- Sistema Integrado da Região da Baixada.

#### A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA – AÇÕES PONTUAIS:

- Atuação com firmeza e equilíbrio tanto na segurança individual como coletiva.
- A base da atuação tem fundamento na inteligência Policial ou seja ênfase em informações.
- Racionalização da atuação com viaturas atuando com destino certo.
- Faz parte da Filosofia Política de Inclusão Social como fator de Segurança, combater a violência não se resume a Polícia Eficiente.
- Integração Operacional entre Polícias: Civil, Militar e Científica.
- Princípio de Qualidade com ênfase em cursos de formação e especialização, tenta ressaltar a observação do HOMEM POLICIAL.
- Simplificação do sistema Policial
- Relacionamento com outros órgãos de segurança federais/ municipais/ estaduais
- Política de Emprego Racional dos Recursos tem aumentado o número de homens na atividade policial sem novas contratações.
- O mesmo espírito tem norteado a corporação no que diz respeito aos recursos de ordem material.
- Formação do policial, com cursos e treinamentos.
- Formação de Grupo de Operações Especializadas.
- Preservação da vida e integridade física e patrimonial.
- Respeito aos direitos humanos.

#### MOVIMENTO MUNICIPALISTA NACIONAL

- Foi aprovada a decisão da participação maior dos gestores públicos paulistas na Marcha a Brasília, que acontecerá nos próximos dias 15, 16 e 17.
- O Presidente Paulo Zilkoski da CNM, lembrou da necessidade da presença de prefeitos e vereadores de todos os estados brasileiros para o pleito de medidas que beneficiem os Municípios, mas principalmente para a aprovação da Reforma Tributária.

#### EDUCAÇÃO

- As ações para uma escola melhor têm que ser integradas entre o Estado e o Município. A implantação do Projeto: Ler e Escrever, a Reorganização da Progressão Continuada, o

Currículo e Expectativas de Aprendizagem, a Recuperação de Aprendizagem, a Diversificação Curricular do Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental de 9 anos, os Sistemas de Avaliação, a Gestão dos Resultados e Política de Incentivos e o Plano de Obras e Investimentos, são ações que já estão sendo implementadas em parceria entre os Estados e Municípios.

- “Qualidade: este é o termo mais adequado para definir o foco da atual gestão na educação paulista”

#### PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

- Essa programação, voltada para a humanização das gestões públicas municipais, destinada para mulheres e homens, mas, principalmente para presidentes de fundos sociais municipais, provocaram momentos de profunda reflexão, principalmente sobre o real papel dos Fundos Sociais. Ela iniciou-se num momento especial do Município de Santos, que aprovou a lei dando as mulheres funcionárias Municipais e grávidas, o direito de 180 dias de licença. Inclusive foi aprovado pela plenária um voto de louvor ao prefeito João Paulo Tavares Papa e à toda Câmara Municipal de Santos, pela iniciativa.
- Varias experiências que deram certo foram apresentadas e a integração das presidentes e de um Presidente de Fundo Social Municipal da Baixada Paulista para uma ação integrada de toda à região, foi destaque. Liderada pela Senhora Maria Silva Tavares Papa será modelo para as demais regiões do Estado.

Santos, 05 de abril de 2008.

#### Comissão de Redação da Carta

Antonio Sergio Baptista – Coordenador  
 Marcos Roberto Casquel Monti  
 Dalva Christofoletti  
 Denys Caballero Guisbert





AMCESP

## TRABALHO EM CONJUNTO

União dos municípios resulta em maior força política na região

A **AMCESP** foi criada em 1997 com a participação 15 municípios e suas reuniões ordinárias ocorreram até 1998. Em junho de 2002, a associação foi reativada com 23 municípios da região sendo o prefeito de Jaú, João Sanzovo Neto, o presidente; em dezembro de 2006, o grupo elegeu, por aclamação, a nova diretoria da entidade: o prefeito de Bariri, Francisco Leoni Neto, foi escolhido como presidente.

A AMCESP tem um trabalho em conjunto para busca de soluções de

problemas comuns, realizando reuniões mensais itinerantes que servem também para a troca de idéias entre os prefeitos. A maioria dos municípios que fazem parte da associação são de pequeno e médio porte, e essa união resulta em maior força política na região.

Nossa associação realiza as reuniões mensais em locais diferentes: cada mês um município recebe o encontro, ficando a cargo deste a organização e a pauta em conjunto com o presidente, bem como uma recepção após a reu-

nião, visto que a entidade não possui orçamento, ou seja, não há contribuição por parte dos municípios pertencentes.

Várias foram as conquistas regionais alcançadas através de pleitos da AMCESP, como melhorias de estradas, recursos para Santas Casas, entre outros.

Hoje fazem parte da AMCESP 25 municípios: Arealva, Avaí, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Borebi, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Iacanga, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Nova Europa, Macatuba, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Piratininga, Reginópolis, Rincão, Torrinha.

**Francisco Leoni Neto**  
Presidente da AMCESP

ATIVIDADES APM

## 25º Congresso Mineiro de Municípios

O Governador Aécio Neves recebeu em audiência no dia 5 de maio, no Palácio das Mangabeiras, os presidentes das entidades estaduais de todo o País. Eles estiveram em Belo Horizonte para participarem do 25º Congresso Mineiro de Municípios, no Expominas.

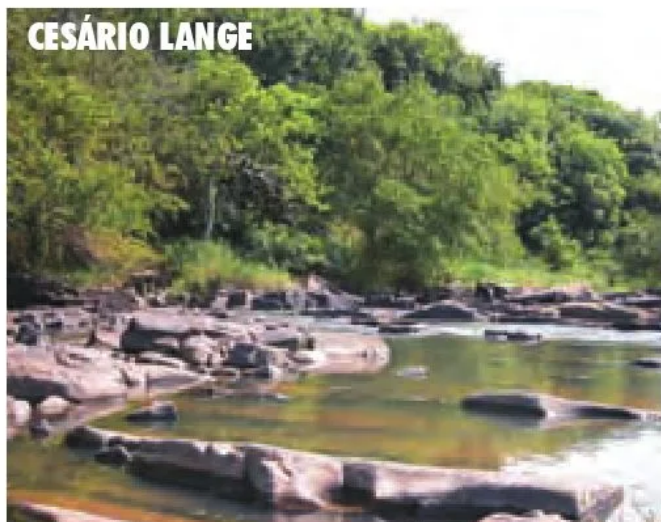


O PRESIDENTE DA APM MARCOS MONTI AO LADO DO GOVERNADOR AÉCIO NEVES, JUNTAMENTE COM OUTROS PRESIDENTES DE ENTIDADES MUNICIPALISTAS DO BRASIL

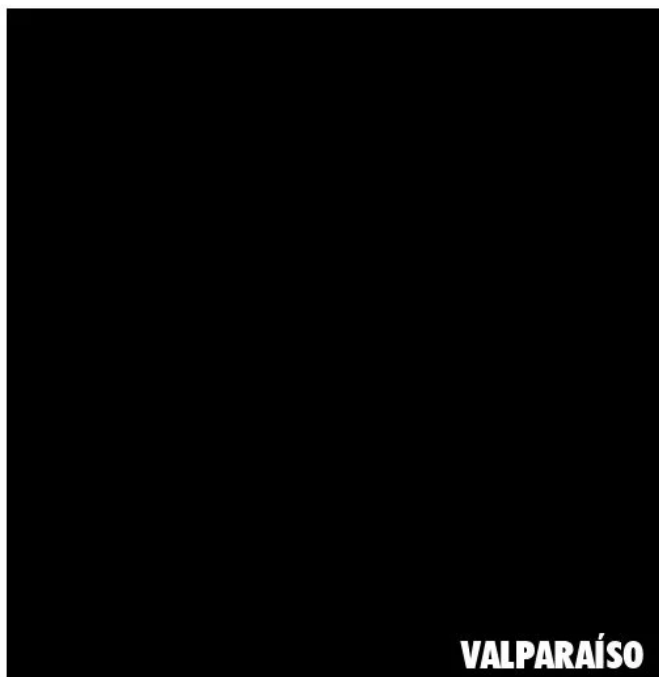


# Maio e Junho

**CESÁRIO LANGE**



**VALPARAÍSO**



**MORUNGABA**



**SALTO**





**JACUPIRANGA**



**QUATÁ**



**S. JOÃO DA BOA VISTA**



**ATIBAIA**



**IEPÊ**



**SANTA FÉ DO SUL**



PREFEITO JOÃO JORGE FADEL,  
DE ITARARÉ: IMPORTÂNCIA  
DO SEGMENTO PRODUTIVO  
E SUAS NECESSIDADES ERA  
ANALISADA E LOGO ALGUMA  
POLÍTICA PÚBLICA DE APOIO  
ERA COLOCADA EM PRÁTICA

# Eles são empreendedores!

Prefeitos responsáveis por implantar projetos de estímulo ao surgimento e desenvolvimento de pequenas empresas recebem Prêmio do Sebrae

Por Daniella Turano

**ESTÁ COMPROVADO:** eles contribuíram para o crescimento econômico e social de seus municípios. O Prêmio Prefeito Empreendedor Mario Covas é oferecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com o objetivo de sensibilizar os municípios brasileiros para a importância da implantação de projetos que valorizem a micro e pequena empresa. Ações planejadas e incorporadas após análise de necessidades do município e conversações com a sociedade civil organizada foi a forma que São José dos Campos encontrou para vencer. Um

exemplo disso é o Alvará Instantâneo, que foi elaborado com a colaboração de entidades empresariais de São José. Nessa mesma linha, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) foram criados com base nas necessidades de pequenas empresas que atuam nos setores Aeroespacial e de Tecnologia da Informação. Além disso, as incubadoras também foram implantadas a partir de conversas com micro-empresários que precisavam de apoio para iniciar seus negócios: “Apresentamos um projeto chamado “São José dos Campos – Uma cidade de empreendedores”, com 34

ações aplicadas às áreas educacional, de capacitação de recursos humanos, inovação tecnológica, desoneração tributária, crédito e capitalização, desburocratização para abertura de empresas, cooperativismo e associativismo”, explica o Prefeito do Município, Sr. Eduardo Pedrosa Cury. “As ações beneficiaram os micro e pequenos empreendedores da cidade e fortaleceram a cultura empreendedora já implantada em São José, pelo ex-prefeito, Emanuel Fernandes, envolvendo, desta forma, desde as crianças e jovens do ensino público municipal, que aprendem a em-



preender na vida estudantil e pessoal, até os micro e pequenos empresários, que vêm na cidade um local propício para a implantação e desenvolvimento de seu empreendimento. Entre 2006 e 2007, um total de 50 mil pessoas foram beneficiadas por essas ações”, conta. Segundo Cury, a criação de novos empreendimentos e as pessoas envolvidas nas ações mudaram seus valores ligados ao meio ambiente, família, sociedade, desenvolveram o empreendedorismo e agregaram novos conhecimentos: “Em São José, o empreendedorismo é um processo contínuo, que tem como base a educação. No futuro, nossas escolas continuarão a difundir a cultura empreendedora entre nossos jovens, estimulando a criação de novos projetos. Também serão apoiadas as iniciativas que venham a contribuir para o desenvolvimento da cidade”, finaliza.

#### APOIO A EMPREGADORES

O Município de Itararé, administrado pelo Prefeito João Jorge Fadel, também presidente do Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudoeste do estado de São Paulo, Condersul, participou da batalha com dez ações porque era o limite estipulado pelo Sebrae. Não fosse isso, teria muito mais para competir. Entre as mais destacadas estão a promulgação da Lei Geral Municipal, que inclusive foi o primeiro município do Estado de São Paulo a promulgar; a lei do PDE (Programa de Desenvolvimento Empresarial), onde consta todos os benefícios e isenções para as empresas que se instalarem no município; a implantação do PAE (Posto de Atendimento ao Empreendedor) do SEBRAE; do SENAI; o Alvará Provisório; o Banco do Povo; o Programa de Patrulha Agrícola Mecanizada, com aração, calcareamento, gradeamento e plantio aos micro e pequenos produtores; formação da cooperativa de recicladores, a implantação da coleta seletiva e o programa jovens empreendedores na escola. “Constatarei que o apoio àqueles que mais empregam na minha região, as

MPE’s, com cerca de 68% de empregos ofertados e 99% do total de empresas registradas, deveriam ser melhor consideradas. A lei geral veio na hora certa para podermos dar o apoio necessário. As demais ações também tiveram o mesmo rito, ou seja, verificada a importância do segmento produtivo e suas necessidades, a minha equipe já tratava de colocar em prática alguma política pública de apoio”, diz Fadel. Os beneficiários de tais ações são os produtores rurais, os micro e pequenos empresários, o meio ambiente e a população em geral.

A partir disso da implantação de tais projetos, ficou óbvia a diminuição de demanda social, o fortalecimento do comércio, e até a percepção de uma população mais motivada, originando, inclusive, o aumento de receita aos cofres municipais: “Hoje, podemos dizer que temos as ferramentas legais e necessárias ao desenvolvimento do município e já observamos o progresso, que antes estava estagnado”, conta.

Ainda este ano, Itararé pretende implantar a primeira incubadora do sudoeste em parceria com o SEBRAE-SP, além de colocar em prática o mini distrito industrial, que deverá oferecer cerca de 100 lotes para micro e pequenos empresários: “Já nos próximos trinta dias vamos inaugurar a primeira fábrica escola de confecção industrial, com 100 vagas por curso trimestral, e o mercado do produtor rural, que encontra-se em reforma e deverá abrigar cerca de 35 micros produtores de hortifrutigranjeiros”, finaliza.

#### GERAÇÃO DE RENDA

A indignação com a pobreza e a exclusão social foi o motivo de Nelson Mancini Nicolau, Prefeito de São João da Boa Vista, ingressar na política. Fato este que o motivou a virar empreendedor.

Para ele, as políticas compensatórias são fundamentais para a satisfação das necessidades básicas das famílias, mas uma administração embasada na geração de renda e apoio às Micro e Pequenas empresas é, sem dúvida, es-



PREFEITO NELSON MANCINI NICOLAU, DE S. JOÃO DA BOA VISTA: POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DAS FAMÍLIAS, MAS UMA ADMINISTRAÇÃO EMBASADA NA GERAÇÃO DE RENDA E APOIO ÀS MPES É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

sencial para o desenvolvimento sustentável. Por este motivo, Nicolau apóia as pequenas e médias empresas, as grandes geradoras de emprego.

“Eu não tenho a pretensão de mudar o mundo, mas se cada um cuidar de sua comunidade centralizando as atitudes na ética e no compromisso com a sociedade, conseguiremos resgatar a cidadania e chegar ao que chamamos de felicidade. E só se vai construir um lugar bom para se viver se houver política de resgate à cidadania”, explica o Prefeito.

O apoio às MPE é parte de uma política que vai nesta direção. A idéia do Prefeito é aproveitar as características da economia diversificada de São João com um conjunto de políticas públicas voltadas à agricultura, ao comércio, à indústria, aos serviços e ao turismo: “As MPES são, sem dúvida, a base da economia do país. Desde o início do meu mandato, a administração municipal tem se empenhado na busca de novas empresas e novos negócios e ações de incentivo à ampliação das empresas locais”, diz.

É também prioridade da Prefeitura oferecer aos empresários, mão-de-obra qualificada e preparada. Para tanto, São João da Boa Vista conta com duas universidades locais, e outros órgãos de capacitação como SEBRAE, SENAI, SENAC, SESI, CEFET e Escola Municipal Professor Hugo Sarmento. Atra-





PREFEITO EDUARDO PEDROSA CURY, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS: AÇÕES PLANEJADAS E INCORPORADAS APÓS ANÁLISE DE NECESSIDADES DO MUNICÍPIO E CONVERSÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

vés das leis de incentivo, do Projeto da Incubadora de Empresas e mecanismos de apoio, como a Lei Geral e as Câmaras Setoriais, as MPE terão sua sobrevivência garantida.

O município também apóia empresas com um programa de qualificação de mão-de-obra, onde os cursos oferecidos são definidos por uma comissão formada por membros das instituições de ensino locais.

Outros recursos são utilizados, como a construção de um site de seleção que garante a ética e a imparcialidade na escolha dos profissionais que irão ocupar cargos nas empresas locais. O Banco de Talentos, como foi chamado, também é um mecanismo em auxílio à constatação do nível técnico dos trabalhadores locais e assim, o direcionamento de cursos de capacitação, qualificação e requalificação profissional. Outro ponto forte no apoio ao desenvolvimento econômico é a infra-estrutura que a Prefeitura oferece às novas empresas: “Investimos muito na compra de novas áreas do Distrito Industrial, bem como na sua infra-estrutura. Também investimos em projetos de reforma, revitalização e reurbanização municipal. É preciso conservar para ter

sempre. A revitalização da cidade também propicia um ambiente favorável de desenvolvimento e crescimento da economia”. Há também uma política de incentivo à recolocação das empresas existentes, que queiram trocar o espaço urbano por uma área industrial e transformar o capital investido em aluguel ou manutenção em capital de giro. A finalidade é incentivar a ampliação das empresas e gerar mais empregos e renda para o município, além, é claro, de fortalecer os empreendedores locais.

Para o Prefeito Nicolau, o desenvolvimento econômico pode acontecer no Município através de cinco áreas: Agricultura, Comércio, Indústria, Serviços e Turismo (ACIST). A Prefeitura tem a Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista, uma OSCIP, como braço operacional que executa projetos de desenvolvimento econômico. A ACIST está operando através da gestão das Câmaras setoriais. Projetos estão sendo desenvolvidos e executados no município através dos representantes dos setores econômicos locais. Quanto às políticas de atração de novos investidores, o município tem por meta a vinda de empresas de todos os níveis, desde multinacionais que empregam mão-de-

obra especializada, como outras empresas que ofereçam vagas de trabalho a profissionais menos qualificados: “É com muita satisfação que podemos já considerar concreta a vinda de diversas empresas. Essas empresas irão empregar pessoas de família de baixa renda, além de agregar importantes produtos e serviços à economia local. Esse trabalho de captação de novas empresas tem sido amplamente amparado por resultados que conferem visibilidade ao município, como o Prêmio Prefeito Empreendedor do SEBRAE, que trouxe grande projeção à cidade e inserções em mídias especializadas como a Revista SEBRAE e Indústria da FIESP”, conta. “A projeção do município em mídias especializadas contribui diretamente para a melhoria da auto-estima da população, o envolvimento dos empreendedores nas questões locais e confere credibilidade para o programa de desenvolvimento implantado em São João da Boa Vista”, finaliza. Prefeitos interessados em concorrer ao Prêmio Prefeito Empreendedor podem acessar informações e regulamentos no site [www.sebraesp.com.br](http://www.sebraesp.com.br). As inscrições para a próxima edição serão abertas entre março e abril de 2009. •



# Poder legislativo municipal

## As novas tendências da função do vereador

### Vargem Grande Paulista

**ANTES DE TUDO**, é necessário dizer que Vargem Grande Paulista é um Município ainda jovem; localizado a oeste da Grande São Paulo. Em seus 27 anos de emancipação político-administrativa, passadas 06 (seis) Legislaturas, ostenta um quadro político em freqüente estado de ebulição, após diversas temporadas de intensa polêmica; a Câmara de Vereadores entra numa fase de amadurecimento, sem jamais perder a combatividade que se espera do Poder Legislativo - fiscalizador e legislador. Por outro lado, não podemos esquecer que a função do vereador descrita na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, não informa exatamente o que se passa no dia a dia do Poder Legislativo Municipal. O vereador passa a representar cada vez mais a comunidade, o bairro e a população que o elegeu. A figura do legislador e fiscalizador é de certo modo, ignorada pelas pessoas,

ao contrário do que deveria ser, o vereador é requisitado para solução dos mais diversos problemas sociais e até individuais. Nas ocorrências diárias, o morador da periferia, vítima do desemprego, da violência e das falhas no sistema de saúde, não tem como estabelecer contato com o Presidente da República, o Governador do Estado, o Deputado ou com o Prefeito. É o vereador que procuram, em busca de soluções imediatas para problemas de caráter coletivo ou individual. O vereador é o estado presente: aquele que pressiona o estado através dos órgãos locais do Município, ao prefeito e aos secretários municipais. Quando o Executivo, travado pela burocracia não comparece, lá está o vereador custeando despesas e às vezes contraindo dívidas, no anseio de bem servir áqueles que o elegeram. Neste quadro e dependente da boa vontade do executivo, realizar, fazer, aju-

dar, socorrer pessoas, transportar, abrir portas, é de fato mais fácil do que fiscalizar e ser discriminado, isolado ou excluído do meio político. Não creio que em outras casas legislativas seja muito diferente. Por aqui, temos como limite o interesse público. O Ministério Público paira sobre todos nós como a espada de "Democles", em busca de nossas falhas, erros e excessos, de forma que muitas vezes, entre a cruz e a espada, o parlamentar segue sua jornada. •

**JOSÉ GERALDO ROCHA DE JESUS**  
– ZECA - PSDB

Presidente da Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista – SP

**MARCELO LIMA COSTA – MARCELINHO**  
– PTB

Vice-Presidente

**JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS – PSC**

1º Secretário

**MARCELO TRAJANO DA SILVA – PSC**

2º Secretário

#### PRINCIPAIS PROJETOS DESTA GESTÃO

- Instalação da Câmara Ouvidora nos bairros.(Câmara itinerante).
- Reconstrução do site da Câmara através do portal modelo Interlegis.
- Readequação dos espaços internos da Câmara.
- Adequação do quadro de cargos às exigências da Constituição Federal.
- Maior controle dos processos licitatórios visando maior economia nos contratos.
- Informatização dos gabinetes dos vereadores.
- Oferta dos espaços livres da Câmara à prefeitura e entidades, para instalação de serviços destinados ao público.
- Adequação do auditório e plenário da Câmara.
- Instituição da Câmara Consultiva Mirim.
- Visita oficial ao Poder Judiciário, Ministério Público e outras instituições municipais e estaduais, visando estabelecimento da harmonia entre os Poderes.

Vale informar, que o mandato de 01 (um) ano na presidência é insuficiente. Alguns projetos estão em fase de implantação e outros em conclusão. Agradecemos aos atuais diretores e ao Presidente da Associação Paulista de Municípios, pela oportunidade de darmos publicidade nessa conceituada revista, que muito contribui para o enriquecimento e fortalecimento do legislativo e do municipalismo em geral.



# Gestão integrada de resíduos sólidos: momento para planejamento

Por Ângelo José Consoni

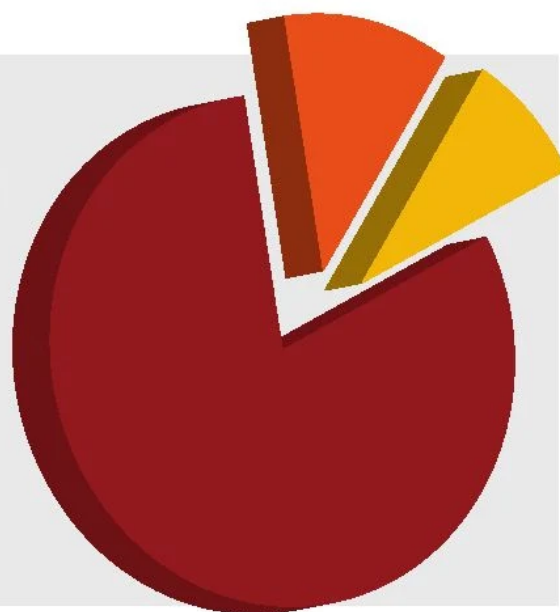
**SOB A ÓTICA** da administração municipal, entende-se por gestão integrada de resíduos sólidos (GIRS) o conjunto de atividades necessárias ao adequado manejo de todos os resíduos sólidos existentes no território do município.

Para se atingir plenamente a GIRS, dois aspectos são altamente relevantes. Em primeiro lugar é preciso ter claro que a gestão pressupõe uma sequência contínua de estudos, planejamento, regulação, fiscalização, capacitação, apoio, assistência técnica e prestação dos serviços, com aporte de recursos correspondentes. Em segundo, deve-se equilibrar a ênfase nas componentes principais da gestão de resíduos, quais sejam, minimização da quantidade de recursos utilizados (prevenção à poluição, reúso e reciclagem) e gerenciamento dos resíduos gerados (abrangendo identificar, segregar, acondicionar, armazenar, coletar, transportar, tratar, reusar, comercializar, reciclar, co-processar, tratar e dispor os diferentes tipos de resíduos), de modo que não sejam necessárias medidas corretivas para a recuperação de áreas negativamente impactadas pelos resíduos.

Embora, do ponto de vista do GIRS, também caiba à prefeitura atuar sobre os resíduos cuja responsabilidade principal pelo gerenciamento seja do gerador (sobretudo em regulação e a fiscalização), na presente oportunidade, o enfoque será principalmente para os resíduos sólidos municipais (RSM) cuja gestão é responsabilidade exclusiva da administração municipal. Estes têm origem e composição bastante

CLASSIFICAÇÃO  
DOS SISTEMAS DE  
TRATAMENTO E  
DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO – 2006

■ FORMA ADEQUADA (80,2%)  
■ FORMA CONTROLADA (11,6%)  
■ FORMA INADEQUADA (8,2%)



diversificadas, incorporando diferentes proporções de resíduos dos serviços de limpeza pública e resíduos sólidos domiciliares (residências, comércio e serviços), bem como resíduos de serviços de saúde, em muitas localidades. O conceito independente do contexto geográfico de sua geração (urbano ou rural), porém, é condicionado pelos aspectos de quantidade gerada (regulamentada por legislação municipal específica) e periculosidade (sendo predominantemente da classe II A - “Não-perigosos Não-inertes”, da NBR 10004).

Segundo informações do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares de 2006 (Figura 1), em função das características locais, estruturais e operacionais dos sistemas de disposição final de resíduos, constata-se que, das 27.971 toneladas diárias de lixo gerado no estado de São Pau-

lo, somente 80,7 % (22.909 t/dia) são dispostas de forma adequada (lembrando-se que é incorreto agrupar a forma controlada à adequada).

Sob a ótica do número de municipalidades, no entanto, a situação é menos favorável - somente 47,8 % dos 645 municípios paulistas têm sistemas de disposição adequados. É evidente, portanto, que as maiores deficiências atuais residem nos municípios menos populosos (Tabela 1).

Além desses aspectos, cabe destacar a escassez de sistema de coleta seletiva (114 programas municipais no Estado) e a baixa utilização de tratamentos dos resíduos enviados à disposição final. Outro ponto é o elevado número de áreas degradadas pela inadequada disposição de resíduos sólidos municipais (65,7% dos municípios têm irregularidades na destinação final de seus resíduos).



# Resíduos sólidos municipais: controle e articulação regional

Os especialistas do setor apontam várias causas para explicar esses fenômenos: inexistência de órgãos municipais adequadamente estruturados para a prestação de serviços, projetos inadequados, escassez de recursos financeiros (decorrente da inexistência de cobrança explícita pela prestação dos serviços e dificuldades orçamentárias dos municípios), falta de profissionais capacitados, descontinuidade administrativa com a troca dos dirigentes, legislação insuficiente, planejamento inadequado, escala insuficiente na prestação dos serviços, contratos mal gerenciados.

Os responsáveis pela manutenção de tal cenário parecem ignorar que a gestão de resíduos é uma necessidade perene para os municípios, não se imaginando que deixará de existir nos próximos séculos, mantidas as tendências e o contexto atual. Ao contrário, sua com-

plexidade é grande e crescente, à medida que se multiplicam os resíduos e detalham-se os cuidados necessários para com eles. Cabe, então, a pergunta: como mudar, para melhor, o cenário atual?

A análise de dois importantes e recentes instrumentos legais, de caráter amplo, nos dá pistas valiosas quanto à direção a seguir:

a) A Lei Federal No 11.445, de 05.1.2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (entendido como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de (i) abastecimento de água potável; (ii) esgotamento sanitário; (iii) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; (iv) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas) e para a política federal de saneamento básico.

Dentre os aspectos abordados, incluem-se os princípios fundamentais;

titularidade; prestação regionalizada de serviços públicos; planejamento; regulação; aspectos econômicos, sociais e técnicos; participação de órgãos colegiados no controle social.

Grande ênfase é dada à gestão associada e voluntária de entes federados para a gestão, por convênio de cooperação ou consórcio público;

b) A Lei Estadual No 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, visando articular as estratégias de planejamento para a destinação correta desses materiais.

Essa Política prevê, dentre outros aspectos, o sistema autodeclaratório pelos geradores (que relatarão os volumes produzidos, ao Estado), a concessão de financiamentos aos municípios (mediante condições que o Estado es-

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO (HABITANTES)	IQR (MÉDIA 2006)	MUNICÍPIOS	RSM GERADO	
			(T/DIA)	%
Até 100.000	7,3	573	3.698,6	13,0
De 100.001 a 200.000	7,6	35	2.341,6	8,3
De 200.001 a 500.000	8,3	28	4.971,9	17,5
Maior que 500.000	8,7	9	17.384,2	61,2
Total	-	645	28.396,3	100,0

0,0 < IQR 6,0: CONDIÇÕES INADEQUADAS. 6,0 < IQR 8,0: CONDIÇÕES CONTROLADAS. 8,0 < IQR 10,0: CONDIÇÕES ADEQUADAS.



pecífica) e o estímulo à gestão regional (incentivando o compartilhamento onde for economicamente mais viável investir em projetos conjuntos) e à educação ambiental e ao trabalho dos catadores.

Como se nota, ambas as legislações tocam na questão central que levou ao cenário altamente insatisfatório descrito anteriormente: a incapacidade de os municípios isoladamente resolverem satisfatoriamente o problema. Ou, posto de outra forma, a ineficácia / inconveniência de os municípios prosseguirem tentando resolver o problema de forma isolada.

Senão, veja-se. Um cenário típico para a gestão integrada de resíduos sólidos pressupõe, dentre outras, acesso às seguintes estruturas, serviços e ações:

- a) Programa continuado de educação ambiental da população em geral, abordando a minimização da geração de resíduos diversos, manutenção da limpeza pública (Figura 2), adesão à coleta seletiva etc.;
- b) Sistemas de coleta e eventuais unidades de transbordo para os diferentes tipos de resíduos;
- c) Unidade de compostagem para matéria orgânica;
- d) Unidade de triagem / beneficiamento / comercialização de recicláveis da coleta seletiva;
- e) Unidade para beneficiamento de resíduos da construção civil (fixas ou móveis);
- f) Unidades de tratamento térmico de resíduos de serviços de saúde;
- g) Aterro de inertes, para resíduos da construção civil (área, equipamentos móveis e fixos, e pessoal);
- h) Aterro sanitário (Figura 3), para resíduos municipais (área, equipamentos e pessoal);



ATERRO SANITÁRIO: PEÇA-CHAVE NA ADEQUADA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS.

- i) Estação de tratamento de efluentes, para os percolados dos aterros e sistemas de triagem / tratamento;
- j) Programa de treinamento de pessoal (funcionários, catadores etc.);
- k) Estudos diversos para planejamento, projetos, complementação da legislação etc.

É notório que a maioria das grandes etapas do gerenciamento dos resíduos (coleta, transporte, tratamentos e disposição final), na verdade, constitui-se em complexos setores da chamada indústria ambiental, muitas vezes, além da capacidade individual dos municípios, sobretudo dos menores.

Independentemente da questão de os municípios executarem diretamente os serviços ou terceirizar/concedê-los, a compatibilização da variável tecnológica (eficiência e sustentabilidade ambiental) com os custos intrínsecos (implantação / operação) é um grande desafio, devendo ser buscada, dentre outros modos, pelo:

- a) Aumento da escala de abordagem, com negociação mais favorável dos quantitativos gerenciados (mesmo que a operacionalização prossiga descentralizada), com diminuição de custos unitários;
- b) Compartilhamento de infra-estruturas e equipes, tanto operacionais como de gestão;
- c) Melhoria das condições de acesso a

recursos financeiros, tanto a fundo perdido como onerosos;

- d) Manutenção de uma equipe-base mínima (gestora / operacional), qualificada, enxuta e com certa perenidade;
- e) Monitoramento, contabilização e racionalização de custos das diversas atividades;
- f) Benchmarking e compartilhamento de experiências e informações.

A análise da evolução (ou agonia) da gestão municipal de resíduos nas últimas duas décadas traz a convicção de que é necessário ganhar escala na gestão dos serviços, por meio da regionalização dos serviços, possibilitando acesso a tecnologias mais evoluídas e operação qualificada.

No presente ano, os Comitês de Bacias Hidrográficas do estado de São Paulo, reunindo todos os municípios paulistas, estarão detalhando seus respectivos Planos de Bacias. É uma excelente oportunidade para dar início à discussão da gestão associada de resíduos sólidos. Para tal, recomenda-se manter o foco na solução (o que se quer em longo prazo) e não nas dificuldades/discordâncias inerentes às fases iniciais de um processo de gestão associativa. Da mesma forma, deve-se iniciar por problemas consensuais e de solução menos conflitante. Nesse sentido, por exemplo, a gestão associativa de resíduos de serviços de saúde (RSS), abrangendo os municípios de uma UGRHI, ou de uma sub-bacia desta, seria uma excelente oportunidade para o início desse processo, a partir da qual, futuramente, poder-se-ia ampliar o escopo da parceria para outras atividades da gestão integrada de resíduos sólidos municipais, tais como aterro sanitário regional, centrais de tratamento etc. •

**Ângelo José Consoni** é geólogo do Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas (CETAE / IPT)



# FIM DE MANDATO

## O Aumento da Despesa de Pessoal

Por Flávio C. de Toledo Jr.

**NOS DERRADEIROS** 180 dias do mandato, 5 de julho a 31 de dezembro de 2008, Prefeito ou Presidente da Câmara não podem determinar atos que aumentem a despesa laboral. É o que dispõe o parágrafo único, art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A infração a tal norma põe o ordenador à mercê da pena indicada no art. 359-G do Código Penal: reclusão de 1 a 4 anos, sem embargo de o Tribunal de Contas negar registro a eventual admissão de pessoal, por nula de pleno direito.

Há hoje pacífico entendimento no sentido de que se o comando administrativo for editado antes dos tais 180 dias, a respectiva despesa, mesmo feita naquela período de vedação, não está a contrariar a norma fiscal. É assim porque, entre 5 de julho e 31 de dezembro não se materializou ato voluntário do dirigente. Comparecem, no caso, as vantagens pessoais dos estatutos de servidores (quinqüênios, sexta-parte); a revisão geral anual prescrita em lei antes promulgada; as aposentadorias e pensões amparadas no regramento constitucional e local.

Quanto à aferição da sobredita regra, é de se ver que despesa com recursos humanos, na Lei de Responsabilidade Fiscal, reúne um conjunto de 12 meses de gasto orçamentário, dividido isso sobre 12 meses de receita corrente líquida.

Em outros termos, despesa laboral, no novo direito financeiro, é sempre um percentual apurado sobre a receita corrente líquida. Não há que falar, portanto, em números absolutos, nominais, mas, sim, em números relativos, proporcionais.

Se assim é ao longo de todo o novo direito financeiro, não poderia deixar de ser na apuração da regra que ora nos interessa: a despesa de pessoal nos derradeiros 180 dias do mandato.

Nessa dicção e sob as exceções permitidas na Lei Eleitoral (art. 73, V), pode, no lapso de vedação, haver contratação de servidores, desde que, no mês anterior, a taxa da despesa de pessoal mostre-se abaixo da registrada em junho, o mês que precede sobre-ditos 180 dias (mês-base) e, também, desde que o impacto da nova despesa laboral não resulte, depois, aumento do percentual em questão.

Em suma e diante da taxa do mês-base (junho), mais despesa de pessoal requer percentuais menores, em dois momentos do exercício: antes e após o mês em que houve a admissão dos novos funcionários.

Ante o fato de o percentual oscilar frente à receita corrente líquida e ao crescimento vegetativo da folha de pagamento (quinqüênios, anuênios, sexta-parte), diante dessa instabilidade, temerário o dirigente balizar-se apenas na taxa do mês anterior, uma vez que, no mês subsequente, a taxa pode crescer à conta de outras ocorrências, que não somente o da contratação emergencial de pessoal. Tendo em vista certa Prefeitura, o seguinte exemplo pode melhor ilustrar o raciocínio:

### PERÍODO DO ANO ELEITORAL

Mês base (junho)

**Taxa Despesa de Pessoal/RCL = 48%**

Obs.: Mês anterior aos 180 dias da vedação; mês de referência.

### PERÍODO DO ANO ELEITORAL

Mês anterior ao da contratação (setembro)

**Taxa Despesa de Pessoal/RCL = 47%**

Obs.: À vista de contratação em outubro, o gestor se mira na taxa de pessoal do mês anterior.

### PERÍODO DO ANO ELEITORAL

Mês posterior ao da contratação (novembro)

**Taxa Despesa de Pessoal/RCL = 49%**

Obs.: Mês no qual se avalia o impacto financeiro da nova despesa de pessoal

Assim, o princípio da prudência recomenda que, ante um indispensável novo gasto de pessoal, o Chefe de Poder, no próprio ato administrativo, indique qual outra despesa de pessoal será cortada, evidentemente para custear a nova. Exemplificando: no caso de o motorista da ambulância licenciar-se, com vencimentos, para concorrer a cargo eletivo, a contratação temporária de outro motorista será feita, por exemplo, às expensas do corte de determinada quantidade de horas extras de certos funcionários.

Sob os princípios constitucionais da impessoalidade e eficiência, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em junho de 2004, baixou Deliberação, para a qual, salvo casos bem emergenciais, a admissão temporária deve acontecer mediante processo seletivo. •

Flávio C. de Toledo Jr.

Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



# Isso é o futebol!!!

Por Claudio Manesco

**CAUSOS DO COTIDIANO** do brasileiro sem uma história sequer sobre futebol é uma dívida que pretendo pagar agora, pescando na memória algumas lembranças e aí vale mais a referência do que a exatidão dos fatos.

O pênalti – Decidiam o campeonato local dois times dos bairros (sítios) que compunham a comarca de um pouco mais de 20 mil habitantes. No final do jogo o juiz resolve dar um pênalti para lá de duvidoso e o goleiro do time prejudicado resolveu partir para a ignorância: pegou a bola com a mão, sentou-se na marca da cal e avisou que de lá não se levantaria enquanto o juiz não voltasse atrás. O árbitro estava irredutível e o impasse longe de ser resolvido. Aí, surgiu o jeitinho. O centroavante adversário era irmão do goleiro e chegou para ele e disse:

- Vamos continuar o jogo. Você vai lá para o gol e eu chuto fora. Daí ninguém se prejudica, o jogo segue e que vença o melhor.

O goleiro, ainda um tanto quanto desconfiado, resolveu render-se aos apelos do irmão e rapidamente levantou-se e dirigiu-se para debaixo dos três paus.

O centroavante pegou a redonda, colocou-a no local apropriado, olhou fixamente para o irmão embaixo do gol e, ao

mesmo tempo em que chutava a bola certa em direção às redes, soltou um grito cruel:

- Pega “paiaaaaço”!!!!

O narrador – Jogavam Fartura e Piraju na final da Liga Regional de Futebol, da qual também faziam parte os inesquecíveis escretes de Timburi, Sarutaiá, Tejupá, Taguaí, Taquarituba, Óleo e Manduri. O jogo transcorria empolgante na voz do locutor da Rádio Piratininga de Piraju. Tão emocionante, quanto indescritível. Daí a pérola,

que vou tentar descrever em palavras que cada um coloque o próprio som:

- Está de tirar o fôlego meu caro ouvinte. Agora o time de Fartura desce para o ataque. Sicrano entrega para fulano, que devolve para sicrano e entra resoluto pelo meio da defesa que rebate a bola, que bate no próprio companheiro e vai quase entrando, mas bate nas costas do goleiro fica quicando na área pedindo para ser chutada. É uma loucuuura, um verdadeiro cuuuuú de boi na área do Piraju...



Casos havidos ou romanceados, “causos” são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilem casos e “causos” que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: [claudio@bureauideias.com.br](mailto:claudio@bureauideias.com.br)





***SEU CAMINHO SEGURO***



Serviço de Atendimento ao Usuário

**0800 703 50 30**

[www.spvias.com.br](http://www.spvias.com.br)







## Soluções Completas de Produtos e Serviços para o Poder Público.

A gestão financeira dos governos precisa ser feita com controle e planejamento. Para isso ficar mais fácil, procure o Bradesco. O Bradesco é o maior Banco privado do País, presente em quase todos os municípios (com Agência, Banco Postal ou Bradesco Expresso). É um Banco que tem, à sua disposição, tecnologia e experiência em produtos e serviços voltados para o Poder Público. São soluções completas de pagamentos, recebimentos e administrativas, para facilitar o seu dia-a-dia. Isso, sem falar nos nossos Gerentes Especializados, que entendem as necessidades de um Órgão Público. Para mais informações, entre no site [www.bradescoquedepublico.com.br](http://www.bradescoquedepublico.com.br) ou falemos-se em uma Agência Bradesco.



# Bradesco**completo**



Bradesco